



RESULTADO

3T21

Rio de Janeiro, 10 de novembro de 2021

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do terceiro trimestre de 2021.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia passou a adotar, a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, com base no método retrospectivo modificado, explicado na seção 4.4 deste documento.

A partir do 2T20, a Companhia revisou e alterou as nomenclaturas de receitas e custo relacionados à construção das infraestruturas de transmissão, onde (i) a “Receita de construção” passou a ser “Receita de implementação de infraestrutura”, (ii) a “Margem de construção” passou a ser “Margem na implementação de infraestrutura” e (iii) o “Custo de construção” passou a ser “Custo de implementação de infraestrutura”.

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através do Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, forneceu orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 (equivalentes às IFRS 15 e IFRS 9, respectivamente) para as companhias transmissoras de energia elétrica de capital aberto principalmente relacionados a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 – SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

A Companhia adequou suas práticas contábeis em relação aos seus ativos de contrato, revisando suas estimativas e julgamentos sobre as margens e taxas de remuneração dos projetos (taxas implícitas), visto que no modelo anterior utilizava-se as WACC regulatórias estabelecidas pela ANEEL. Todos os impactos foram calculados e registrados no 4T20, no entanto, para efeitos de comparabilidade, a Companhia procedeu com a reapresentação dos valores correspondentes de 31 de março, de 30 de junho e de 30 de setembro de 2020.

Com a adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, a partir de 1º de janeiro de 2019, as despesas com aluguéis deixaram de ser contabilizadas como outras despesas operacionais, passando a ser contabilizadas como despesas financeiras (linha de “Arrendamento”) e depreciação, em contrapartida no balanço, nas linhas de Passivo de Arrendamento (curto e longo prazos) e no Direito de Uso (longo prazo) do Ativo. Portanto, a partir de 2019, são observadas diferenças nas linhas de Outros custos e despesas operacionais e de despesas financeiras, entre os Resultados Regulatório e IFRS. É importante ressaltar que na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCRs se encerram em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações. Neste sentido, a Companhia informa que procedeu com uma baixa de R\$ 15,1 MM nas DCR's da Taesa e da concessão São João Transmissora de Energia S.A., na rubrica Outras Despesas Operacionais, relacionada a um contas a receber registrado com base em uma liminar referente aos recebimentos das RAPs dos meses de julho, agosto, outubro e novembro de 2019 de São João, tendo em vista a não recuperabilidade do mesmo. Portanto, a Companhia irá proceder com a reapresentação dos valores correspondentes ao encerramento do exercício social de 2020 na divulgação do resultado de encerramento do exercício social de 2021.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da Transirapé, Transudeste, Transleste (em conjunto, "Transmineiras"), ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Videoconferência de Resultados

Webcast em Português e Inglês: [Clique aqui](#)

11 de novembro de 2021

quinta-feira

Brasília 11h00

Nova York 9h00

André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	CFO e DRI
Cristiano Prado Grangeiro	Gerente de RI
Contato RI	investor.relations@taesa.com.br
Telefone	+55 21 2212 6060

ÍNDICE

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	5
2. RESUMO DO RESULTADO	6
3. VISÃO GERAL	8
3.1. Estrutura Societária	8
3.2. Estrutura Societária TBE	9
3.3. Estrutura Societária AIE	9
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	10
4.1. Desempenho Operacional	10
4.2. Ciclo da RAP 2021-2022	12
4.3. Queda de 50% da RAP	13
4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)	15
4.5. Receita Líquida IFRS	18
4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS	20
4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS	21
4.8. Receita Líquida Regulatória	22
4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios	23
4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório	24
4.11. Composição do EBITDA Regulatório	24
4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS	25
4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória	25
4.14. Resultado Financeiro Líquido	26
4.15. Impostos	27
4.16. Lucro Líquido	30
4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	33
4.18. Endividamento	34
4.19. Investimentos	36
4.20. Projetos em Construção	36
4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)	40
4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19	42
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43
5.1. Receita IFRS por Concessão	43
5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)	44
5.3. DRE 3T21	45
5.4. DRE 9M21	46
5.5. DRE IFRS 3T21 (Subsidiárias)	47
5.6. DRE IFRS 9M21 (Subsidiárias)	48
5.7. DRE Regulatório 3T21 (Subsidiárias)	49
5.8. DRE Regulatório 9M21 (Subsidiárias)	50
5.9. Reconciliação do EBITDA	51
5.10. Balanço Patrimonial	52
5.11. Fluxo de Caixa IFRS	53
5.12. Fluxo de Caixa Regulatório	54

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

UM NOVO CICLO DE FORTE CRESCIMENTO

Conforme esperado, o terceiro trimestre de 2021 foi marcado pela entrada no novo ciclo da Receita Anual Permitida (RAP) 2021-2022 que se iniciou em 1º de julho. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 37,04% e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 8,06%. Assim, a RAP das 39 concessionárias do grupo Taesa no novo ciclo 2021-2022 totalizou R\$ 3,3 bilhões, 21,0% maior que a RAP total do ciclo anterior, já contemplando a redução de 50% da RAP das concessões de categoria II que sofrem esse efeito no novo ciclo.

A Companhia registrou, portanto, uma receita operacional líquida regulatória de R\$ 497,5 MM no 3T21 e de R\$ 1.286,3 MM no 9M21, apresentando um crescimento de 29,8% e 12,6% na comparação com os respectivos períodos de 2020. Consequentemente, o EBITDA regulatório totalizou R\$ 421,0 MM no trimestre e R\$ 1.068,8 MM nos primeiros nove meses do ano, registrando um aumento expressivo de 32,6% e de 12,8% contra o 3T20 e 9M20, respectivamente. Já a margem EBITDA ficou em 84,6% no trimestre (+1,8pp contra o 3T20) e 83,1% no acumulado (+0,1pp contra o 9M20).

Cabe destacar também o empreendimento da concessão Janaúba que entrou em operação comercial no dia 1º de setembro de 2021, já com impacto positivo no resultado do 3T21. O projeto foi entregue com 5,5 meses de antecipação ao prazo limite exigido pela ANEEL e uma eficiência no volume total de investimento em torno de 18% em relação ao Capex ANEEL, passando então a adicionar o valor de R\$ 213,6 MM de RAP para a Taesa. Janaúba é o maior projeto greenfield entregue pela Companhia até o momento, localizado entre os estados de Minas Gerais e Bahia, com extensão de 545 km de linha. Ele é responsável pelo aumento da capacidade de transmissão da interligação Nordeste-Sudeste, atendendo a necessidade de dimensionamento do Sistema Interligado Nacional de forma a escoar, sem restrições elétricas, a energia produzida nas novas usinas (eólicas e solares) da região Nordeste do país, e permitir futuras expansões do sistema. Alinhado ao compromisso da Taesa com a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Janaúba contribui para o escoamento de energia renovável no SIN e consequentemente para uma matriz energética global mais limpa, com impacto positivo e permanente no crescimento e desenvolvimento econômico e social do país.

A Companhia mantém seu foco e atenção na entrega dos 5 empreendimentos em construção com uma RAP total de R\$ 399,6 MM (ciclo 2021-2022, considerando apenas a participação da Taesa). Vale mencionar que a Taesa já realizou R\$ 3,4 bilhões de investimentos nos projetos greenfield, sendo R\$ 2,4 bilhões somente entre 2020 e 2021, o que comprova o seu compromisso e dedicação na conclusão dos empreendimentos e na criação de valor, mesmo diante de um cenário adverso e desafiador de pandemia.

No resultado em IFRS, a receita operacional líquida ficou praticamente estável na comparação com mesmo período de 2020, totalizando R\$ 942,3 MM no 3T21. Esse desempenho é explicado pelo aumento das receitas de operação e manutenção, de remuneração do ativo contratual e de implementação de infraestrutura, porém compensado pela queda da receita de correção monetária. O lucro líquido do trimestre acabou registrando uma queda em função do desempenho negativo da equivalência patrimonial, também explicado pela menor correção monetária do ativo contratual, e de um resultado financeiro pior motivado pela alta do IPCA e do CDI entre os períodos comparados.

2. RESUMO DO RESULTADO

Consolidado							
	R\$ MM	3T21	3T20*	Var. %	9M21	9M20*	Var. %
Receita Líquida IFRS		942,3	944,0	-0,2%	2.755,1	2.392,4	15,2%
Lucro Líquido IFRS		536,9	657,4	-18,3%	1.790,6	1.512,8	18,4%
Receita Líquida Reg.		497,5	383,3	29,8%	1.286,3	1.141,8	12,6%
EBITDA Reg.		421,0	317,6	32,6%	1.068,8	947,1	12,8%
Margem EBITDA Reg.		84,6%	82,9%	1,8 pp	83,1%	82,9%	0,1 pp
Dívida Líquida		5.850,2	4.624,3	26,5%	5.850,2	4.624,3	26,5%
Dividendos e JCP Pagos		-	279,3	-100,0%	1.028,5	582,8	76,5%

Consolidado e Participações							
	R\$ MM	3T21	3T20*	Var.%	9M21	9M20*	Var.%
Receita Líquida IFRS		1.354,0	2.234,3	-39,4%	4.218,2	3.623,4	16,4%
Lucro Líquido IFRS		536,9	657,4	-18,3%	1.790,6	1.512,8	18,4%
Receita Líquida Reg.		629,7	490,1	28,5%	1.628,0	1.470,7	10,7%
EBITDA Reg.		539,7	410,6	31,4%	1.371,1	1.236,0	10,9%
Margem EBITDA Reg.		85,7%	83,8%	1,9 pp	84,2%	84,0%	0,2 pp
Dívida Líquida		7.555,7	5.439,5	38,9%	7.555,7	5.439,5	38,9%
Dívida Líquida/EBITDA		4,3	3,4	24,4%	4,3	3,4	24,4%

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47 (IFRS 15).

RESULTADO IFRS

- Lucro líquido somou R\$ 536,9 MM no 3T21, 18,3% menor que o registrado no mesmo período de 2020, devido a:
 - (i) IGP-M menor registrado entre os períodos comparados (2,05% no 3T21 contra 6,67% no 3T20), que afetou negativamente a receita de correção monetária e a equivalência patrimonial;
 - (ii) Aumento de R\$ 111,1 MM nas despesas financeiras líquidas resultado do aumento do IPCA e do CDI e do menor volume médio de caixa entre os períodos comparados;
 - (iii) Os efeitos acima foram compensados em parte por:
 - a. Aumento de 34,7% na receita de Operação e Manutenção explicado pela reajuste inflacionário do novo ciclo da RAP (2021-2022);
 - b. Aumento da margem de implementação de infraestrutura e da remuneração do ativo contratual como resultado da inflação registrada acima da expectativa no trimestre, impactando positivamente o saldo desses ativos contratuais.

RESULTADO REGULATÓRIO

- No 3T21 a receita líquida totalizou R\$ 497,5 MM, registrando um crescimento de 29,8% em relação ao mesmo período de 2020, explicado pelo reajuste inflacionário do novo ciclo da RAP (2021-2022) e entrada em operação de Janaúba. Esses efeitos compensaram a queda da RAP de algumas concessões.
- O EBITDA totalizou R\$ 421,0 MM, apresentando um aumento anual de 32,6% e com uma margem EBITDA de 84,6% (+1,8pp contra 3T20).
- Despesas financeiras líquidas fecharam em R\$ 229,7 MM, registrando um aumento anual de 93,7%, resultado do aumento do IPCA e CDI e do menor volume de caixa registrado no trimestre.
- Lucro líquido ficou em R\$ 192,1 MM no 3T21, 16,0% maior que o mesmo período do ano anterior.
- Em 30 de setembro de 2021, a dívida bruta da Companhia encerrou em R\$ 6.827,9 MM, um aumento sequencial de 2,4%. O caixa da Companhia ficou em R\$ 977,7 MM (34,1% versus 2T21), resultando em uma dívida líquida de R\$ 5.850,2 MM (-1,5% no trimestre).
- A relação da dívida líquida / EBITDA da Taesa, consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, ficou em 4,3x (versus 4,6x no 2T21).
- Índice de disponibilidade foi de 99,92% e uma Parcela Variável (PV) de R\$ 25,9 MM no 9M21.

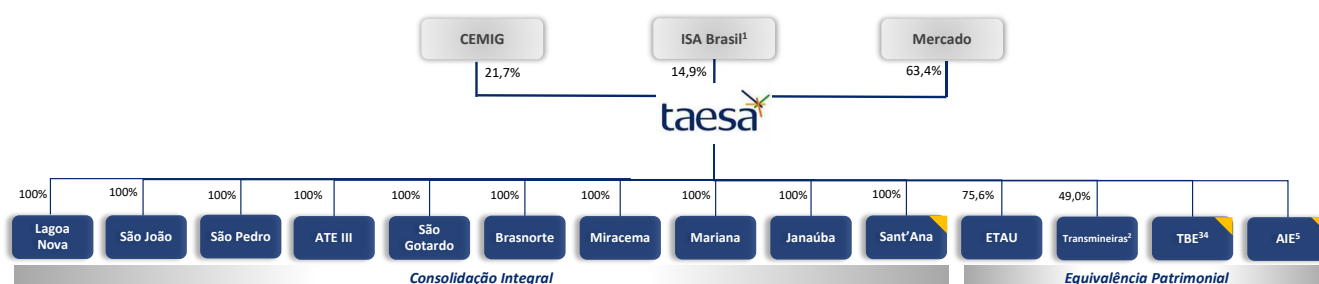
3. VISÃO GERAL

3.1. Estrutura Societária

As 39 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, Novatrans, ETEO, GTEA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II); (ii) 10 investidas integrais (ATE III, Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Sant'Ana, São João, São Pedro e Lagoa Nova (nova denominação para Rialma I); e (iii) 19 participações (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE).

Dessas concessões, 5 projetos (Sant'Ana, ESTE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) estão em construção. Cabe destacar que o empreendimento da concessão Janaúba entrou em operação comercial no dia 1º de setembro de 2021, com 5,5 meses de antecipação ao prazo limite exigido pela ANEEL e uma eficiência no volume total de investimento em torno de 18% em relação ao Capex ANEEL, passando então a adicionar o valor de R\$ 213,6 MM de RAP para a Taesa. Janaúba é o maior projeto *greenfield* entregue pela Companhia até o momento, localizado entre os estados de Minas Gerais e Bahia com extensão de 545 km de linha, compreendendo as linhas de transmissão LT 500 kV Bom Jesus da Lapa II - Janaúba 3 (Circuito Simples) e LT 500 kV Janaúba 3 - Pirapora 2 (Circuito Simples) e três subestações de 500 kV (Bom Jesus da Lapa II, Janaúba 3 e Pirapora 2).

O projeto de Janaúba aumenta a capacidade de transmissão da interligação Nordeste-Sudeste, atendendo a necessidade de dimensionamento do Sistema Interligado Nacional de forma a escoar, sem restrições elétricas, a energia produzida nas novas usinas da região Nordeste do país, e permitir futuras expansões do sistema. Com isso, alinhado ao compromisso da Taesa com a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Janaúba contribui para o escoamento de energia renovável no SIN e consequentemente para uma matriz energética global mais limpa, com impacto positivo e permanente no crescimento e desenvolvimento econômico e social do país.



¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

² Transmineiras é um conjunto de participações da Taesa em 3 concessões : Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste (54,0%)

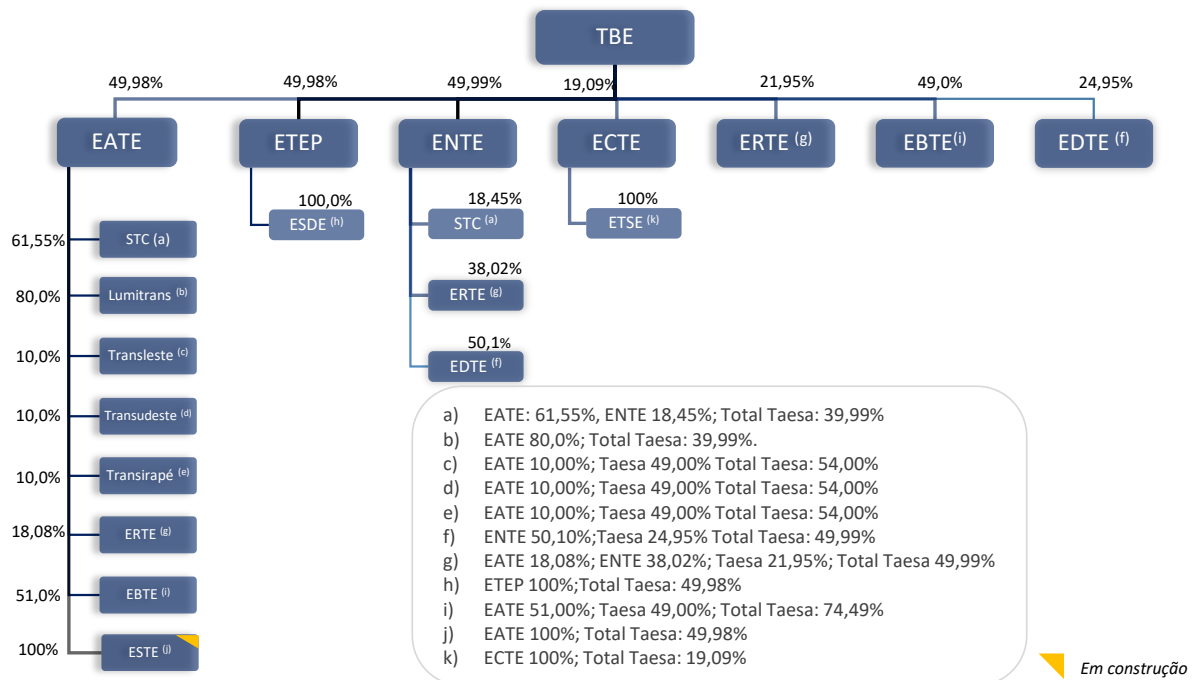
³ TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar

⁴ ESTE é a única concessão do grupo TBE que está em construção

⁵ AIE – Aliança Interligação Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 novos empreendimentos

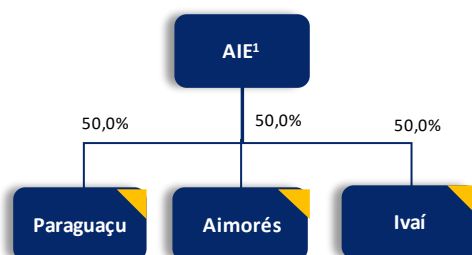
em construção

3.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Alupar.

3.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, Taesa e Cteep.

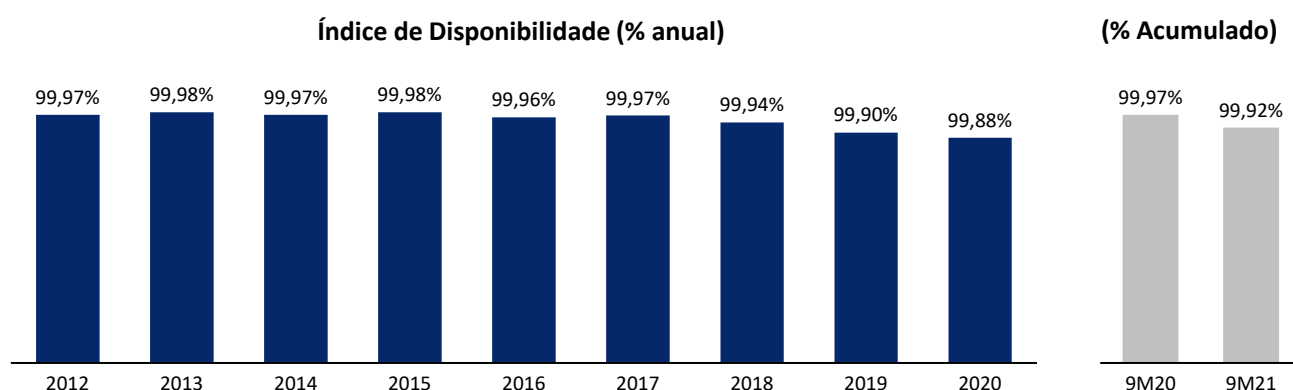
em construção

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Desempenho Operacional

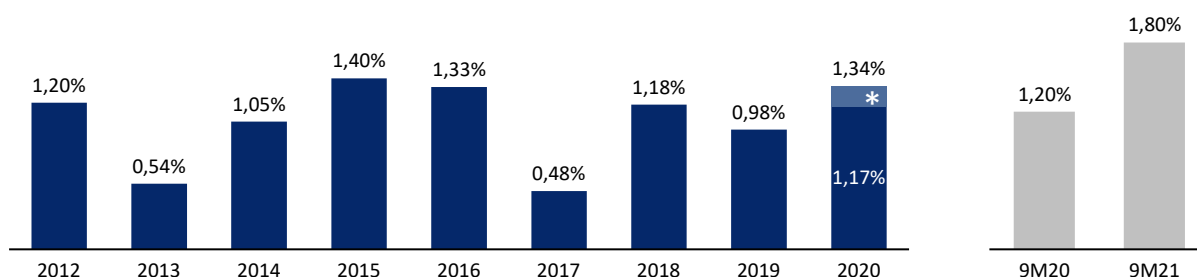
Com um alto desempenho operacional ao longo dos anos, a Taesa apresentou, nos primeiros nove meses de 2021, um índice disponibilidade de 99,92%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, portanto, não considerando ETAU, Transmineiras, AIE e TBE.

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.



$$\sum \frac{(Extensão da linha \times horas disponíveis)/100}{(Extensão da linha \times 8.670 horas)/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



* PV's referentes aos eventos ocorridos anteriores à aquisição da concessão São João que foram indenizados no âmbito da transação.

A PV no 9M21 foi de R\$ 25,9 MM, um aumento de R\$ 10,5 MM em comparação ao mesmo período de 2020, resultado principalmente pelos maiores desligamentos/provisões ocorridos na ETEO, Novatrans e TSN nos primeiros nove meses, sendo os principais eventos a seguir: (i) ETEO: queda de cabos da fase B da LT 440 kV Assis-Sumaré em setembro de 2021, causado por serragem intencional da manilha de suporte dos isoladores, sendo tratado como fator não-recorrente, externo e alheio à Companhia; (ii) Novatrans: desligamento intempestivo do banco de capacitores BSSMGU2 de SE Serra da Mesa, em setembro de 2021; (iii) Novatrans: manutenção corretiva para troca de equipamento na SE Serra da Mesa, conectado à LT Serra da Mesa-Gurupi, referente ao banco de capacitores da Novatrans, em junho de 2021; (iv) Novatrans: desligamento intempestivo ocasionado na LT 500 kV Serra da Mesa-Gurupi C2, por fator não-recorrente, externo e alheio à Companhia, em maio de 2021; (v) ETEO: desligamento programado na LT 440kV Assis-Sumaré, por fator não-recorrente, externo e alheio à Companhia, em abril de 2021; (vi) TSN: desligamento intempestivo causado por falha de fechamento no disjuntor da SE Serra da

Mesa, em janeiro de 2021; e (vii) Novatrans: desligamento programado na SE Gurupi para manutenção do banco de capacitores BSGUMI4, em dezembro de 2020. A Companhia vem trabalhando para reverter a PV relacionada aos eventos (i), (iv) e (v) acima uma vez que foram provocados por evento fortuito externo.

4.2. Ciclo da RAP 2021-2022

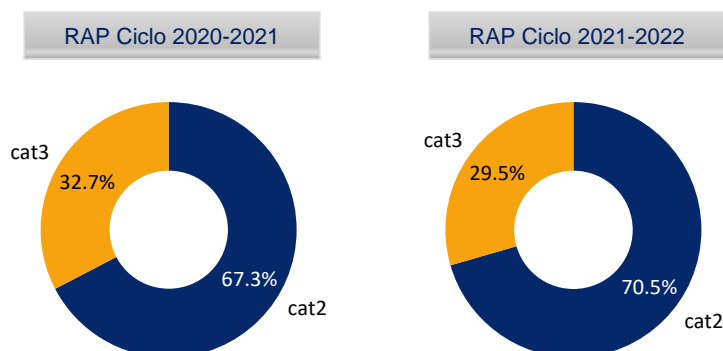
Em 13 de julho de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 2.895/2021 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2021-2022, passando a valer a partir de 1.º de julho de 2021 até 30 de junho de 2022, afetando portanto o resultado da Taesa somente a partir do 3T21. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de 37,04%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de 8,06%.

RAP (R\$ MM)	Ciclo 2019-2020	Ciclo 2020-2021	Ciclo 2021-2022
Ajuste IGP-M	7,6%	6,5%	37,0%
Novatrans ²	330,9	352,5	483,3
TSN ²	301,0	325,1	454,6
Munirah	40,9	29,0	29,9
GTESA	5,5	5,9	8,1
PATESA ²	18,1	17,4	23,9
ETAU ¹²	38,5	29,9	39,1
ETEO	98,9	105,4	144,4
NTE ²	86,3	92,1	126,1
STE ²	48,6	50,6	69,5
ATE I ²	167,3	115,1	122,1
ATE II ²	258,7	275,5	273,6
EATE ¹²	122,2	130,6	179,0
ETEP ¹	27,6	29,4	40,3
ENTE ¹	102,0	67,3	92,2
ECTE ¹	10,2	10,8	14,9
ERTE ¹²	19,5	15,3	21,0
Lumitrans ¹²	12,0	12,7	17,4
Transleste ¹	24,7	19,3	18,0
Transirapé ¹	20,1	22,2	29,4
Transudeste ¹	15,3	16,3	18,4
Subtotal	1.748,3	1.722,3	2.205,1
Ajuste IPC-A	4,7%	1,9%	8,1%
ATE III ²³⁵	125,4	127,7	138,2
São Gotardo ³	5,4	5,5	6,0
Mariana ³	15,4	16,4	17,8
Miracema ³	65,0	67,9	74,5
Janaúba ³⁴	194,1	197,7	213,6
Aimorés ¹³⁴	39,7	40,4	43,7
Paraguaçu ¹³⁴	59,2	60,4	65,2
Brasnorte ¹²³	27,6	28,1	30,8
STC ¹²³	18,9	19,2	21,0
EBTE ¹²³	34,4	36,4	40,4
ESDE ¹³	7,0	7,2	7,8
ETSE ¹²³	4,0	4,1	4,9
ESTE ¹³⁴	56,1	57,2	61,8
Ivaí ¹³⁴	147,0	149,8	161,8
EDTE ¹³	34,6	35,2	38,1
Sant'Ana ⁴	60,9	62,1	67,1
São João	47,6	49,8	53,9
São Pedro	44,9	46,5	57,9
Lagoa Nova	12,6	12,9	13,9
Subtotal	999,8	1.024,6	1.118,3
Total	2.748,1	2.746,9	3.323,4

Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total¹ (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2021-2022 é de R\$ 3.323,4 MM, sendo 52,2% no nível da *holding*. A RAP operacional da Taesa para o ciclo 2021-2022 ficou em R\$ 2.924 MM, contra R\$ 2.179 MM para o ciclo 2020-2021, considerando a entrada em operação de Janaúba em setembro de 2021.

O reajuste da RAP para o ciclo 2021-2022 foi diferente da inflação em algumas concessões pelos seguintes motivos: (i) **Munirah, ETAU, ATE I, ATE II, Transleste, Transirapé, Transudeste** sofreram impacto da queda de 50% da RAP, em razão da entrada no 16º ano de operação (para maiores detalhes, vide seção 4.3); (ii) **São Pedro, EATE, ENTE**, apresentaram entrada em operação de reforços; (iii) **Novatrans, TSN, GTESA, NTE, STE, ECTE, ETAU, ATE II e Brasnorte** apresentaram efeito de revisão tarifária em seus reforços; e (iv) **Miracema, STC, EBTE e ESDE** apresentaram efeito de revisão tarifária.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, STC, EBTE, ESDE, ETSE, ESTE, Ivaí, EDTE, Sant'Ana, São João, São Pedro e Lagoa Nova devem ser adicionados de PIS/COFINS.



¹ Valor de RAP proporcional à participação da Taesa

² Incluindo os reforços

³ Adicionar PIS/COFINS

⁴ Em Construção

⁵ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

4.3. Queda de 50% da RAP

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do seu ciclo, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo, e nos ciclos futuros, considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, desde o início do ciclo (1º de julho) até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até o final do mesmo ciclo (30 de junho).

Para os ciclos 2016-2017, 2017-2018, 2018-2019, 2019-2020 e 2020-2021, as seguintes concessões atingiram o 16º ano de operação¹:

- **ETEO:** 100% da RAP da ETEO entrou no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ECTE³:** 67,6% da RAP da ECTE entrou no 16º ano de operação em 9/3/2017 e 28,4% entrou em 26/3/2017.
- **ETEP³:** 99,7% da RAP da ETEP entrou no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **EATE³:** 19,0% da RAP da EATE entrou no 16º ano de operação em 1/2/2018, 45,6% da RAP em 20/2/2018, e 33,5% da RAP em 10/3/2018.
- **TSN³:** 89,9% da RAP da TSN entrou no 16º ano de operação em 4/3/2018, 4,0% da RAP em 5/4/2018, 0,7% da RAP em 22/5/2018, e 1,3% da RAP em 3/6/2018.
- **Novatrans:** 16,3% da RAP da Novatrans entrou no 16º ano de operação em 3/6/2018, 19,4% da RAP em 8/12/2018, 19,1% da RAP em 23/12/2018, e 45,2% da RAP em 8/4/2019.
- **GTESA:** 100% da RAP da GTESA entrou no 16º ano de operação em 26/8/2018.
- **NTE:** 100% da RAP da NTE entrou no 16º ano de operação em 25/1/2019.
- **STE³:** 19,0% da RAP da STE entrou no 16º ano de operação em 27/6/2019, 36,6% da RAP em 13/7/2019, e 42,1% da RAP em 18/7/2019.
- **PATESA³:** 98,2% da RAP da PATESA entrou no 16º ano de operação em 1/9/2019.
- **ERTE³:** 71,5% da RAP da ERTE entrou no 16º ano de operação em 15/9/2019.
- **ENTE:** 100% da RAP da ENTE entrou no 16º ano de operação em 12/2/2020.
- **ETAU³:** 34,2% da RAP da ETAU entrou no 16º ano de operação em 17/4/2020 e 36,0% da RAP em 29/9/2020.
- **Munirah:** 100% da RAP da Munirah entrou no 16º ano de operação em 30/10/2020.
- **ATE I:** 54,0% da RAP da ATE I entrou no 16º ano de operação em 8/10/2020 e 46,0% da RAP em 27/10/2020.
- **Transleste:** 100% da RAP da Transleste entrou no 16º ano de operação em 18/12/2020.

Para o ciclo futuro 2021-2022, as seguintes concessões irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **ATE II:** 100% da RAP da ATE II entrará no 16º ano de operação em 11/12/2021.
- **Transudeste:** 100% da RAP da Transudeste entrará no 16º ano de operação em 23/2/2022.
- **Transirapé³:** 45,1% da RAP da Transirapé entrará no 16º ano de operação em 23/5/2022 e 15,9% da RAP em 30/5/2022.

Para o ciclo futuro 2022-2023, as seguintes concessões irão atingir o 16º ano de operação¹:

- **Lumitrans³**: 99,9% da RAP da Lumitrans entrará no 16º ano de operação em 3/10/2022.
- **STC³**: 71,9% da RAP da STC entrará no 16º ano de operação em 8/11/2022.
- **ATE III³**: 54,4% da RAP da ATE III entrará no 16º ano de operação em 27/4/2023 e 40,1% em 23/5/2023.

Notas:

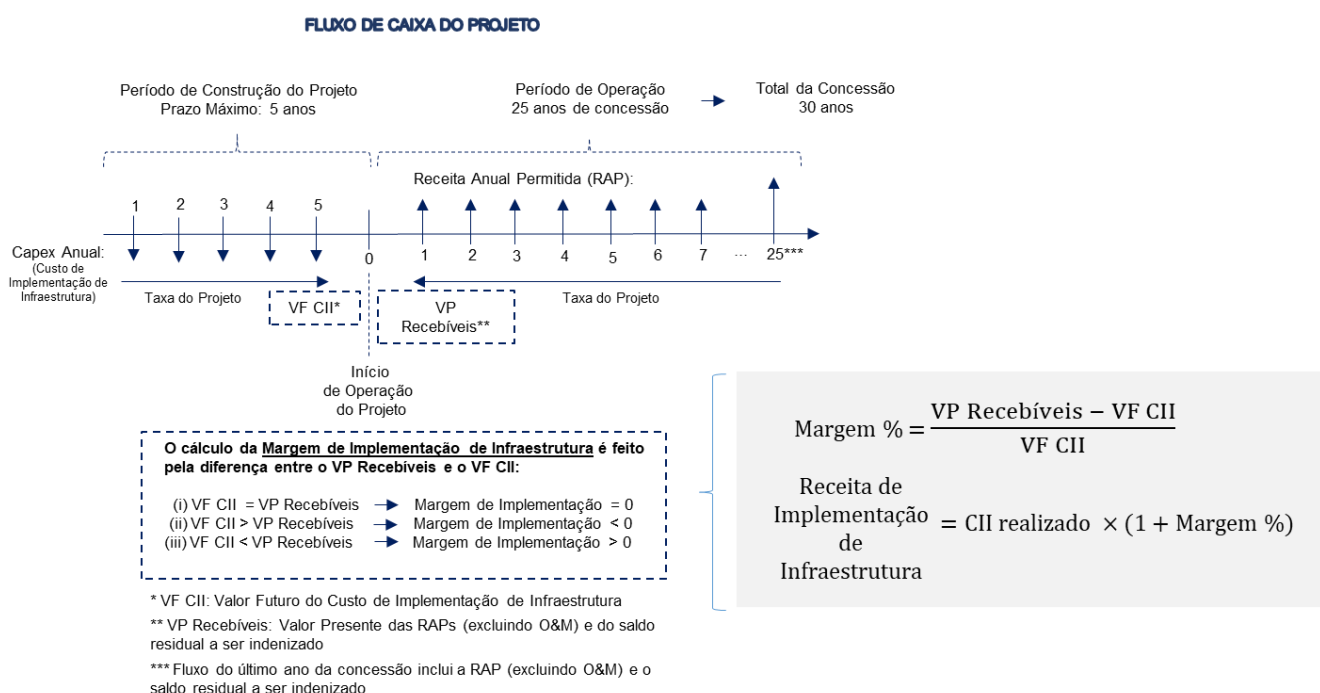
1. O cronograma de redução de 50% da RAP destacado acima foi retirado da Nota Técnica nº 144-2018-SGT da ANEEL.
2. Os percentuais da RAP foram calculados com base no valor da RAP anterior à data da 1ª redução de 50%.
3. Para aquelas concessões cujos percentuais da RAP apontados acima não somam 100%, a diferença se deve a reforços/melhorias que não se enquadram nos ativos de categoria II sujeitos à queda de 50% da RAP no início do 16º ano de operação.

4.4. Impacto da Mudança Contábil (CPC 47)

Na contabilização em IFRS até o 3º trimestre de 2018, os investimentos eram reconhecidos como Ativo Financeiro a custo amortizado, conforme a Resolução nº 1.261 de 10/12/2009 (Conselho Federal de Contabilidade). Como consequência, a receita em IFRS refletia a movimentação do Ativo Financeiro. A partir de 1º de janeiro de 2018, passou a ser obrigatória a adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou do IFRS 15 (CPC 47), com divulgação dessa nova contabilização a partir das Demonstrações Financeiras Anuais de 2018. A Companhia optou por adotar o IFRS 15, cujos princípios se baseiam no modelo de negócio que identifica o contrato com o cliente (bens ou serviços) e suas respectivas obrigações contratuais de desempenho, definindo-se o preço de transação e reconhecimento da receita a partir da realização dessas obrigações (reconhecimento do Ativo Contratual).

A taxa considerada para o cálculo do Ativo Financeiro era a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro (TRAF) que igualava o valor presente dos investimentos com o valor presente do fluxo de recebimentos do ativo financeiro, isto é, era a taxa interna de retorno do fluxo. Para o cálculo do Ativo Contratual, a taxa adotada passa a ser a taxa de mercado à época do leilão, fixada ao longo do prazo da concessão ("Taxa do Projeto"). A Taesa optou por adotar o WACC real de leilão (ANEEL) como a Taxa do Projeto por ser uma taxa conhecida e de referência para o mercado. É importante mencionar que essa alteração na taxa acima explicada se aplica apenas às empresas que foram construídas pela Companhia ou estão em processo de construção. No caso de aquisições, *brownfield*, não houve mudança de taxa, por não ser possível retroagir à data de construção do projeto. Desse modo, entendemos que a taxa até então utilizada é a mais adequada.

Com base no exposto acima, a contabilização do ativo de transmissão passou a vigorar como Ativo Contratual e não mais como Ativo Financeiro. Portanto, o Ativo Contratual é calculado mensalmente a partir do fluxo futuro dos recebimentos trazidos a valor presente pela Taxa do Projeto.



No método contábil adotado (CPC 47 - Ativo Contratual), as eficiências/ineficiências geradas no projeto em construção são contabilizadas como margem de implementação de infraestrutura. Isto é, a receita de implementação de infraestrutura passa a constituir uma margem de implementação, calculada pela diferença entre o Valor Presente da RAP e Valor Futuro do Custo de Implementação no momento da entrada em operação (vide figura acima). Portanto, se antes no Ativo Financeiro o impacto da construção no resultado era praticamente nulo durante a fase pré-operacional (receita de implementação era igual ao custo de implementação mais PIS/COFINS), agora no Ativo Contratual a margem de implementação impactará a Demonstração de Resultados do projeto. Em outras palavras, a receita de implementação passa a ser calculada, ao longo do período pré-operacional, pelo custo de implementação mais a margem de implementação, que inclui também o juros de remuneração do ativo no período, calculada pela Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual.

Outra mudança importante acontece na linha de remuneração do ativo. No método do Ativo Financeiro, a receita de remuneração era calculada a partir da TRAF que incidia sobre o saldo do ativo financeiro desde o início da concessão. No método do Ativo Contratual, essa receita de remuneração é calculada com base na Taxa do Projeto sobre o saldo do ativo contratual e passa a ser contabilizada somente após a entrada em operação do projeto. Durante o período de construção, os juros de remuneração fazem parte da Receita de Implementação de Infraestrutura e o cálculo é o mesmo descrito acima.

As demais linhas da receita em IFRS (O&M e Correção Monetária do Ativo) mantem exatamente o mesmo critério de contabilização do método utilizado anteriormente.

Outra mudança na adoção do CPC 47 ocorre no tratamento de adiantamento com fornecedores. Anteriormente com o Ativo Financeiro, o adiantamento era registrado diretamente no balanço patrimonial como ativo financeiro, e portanto não transitava no resultado. A partir da contabilização pelo Ativo Contratual, esse adiantamento deve necessariamente passar pelo resultado como custo de implementação de infraestrutura.

Adicionalmente, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM publicou o Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, com orientação quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 (equivalentes às IFRS 15 e IFRS 9, respectivamente) para as companhias transmissoras de energia elétrica de capital aberto. Assim, a Companhia adequou suas práticas contábeis em relação aos seus ativos de contrato, revisando suas estimativas e identificou os seguintes impactos, líquidos de impostos: (i) R\$ 124,9 MM para o exercício de 2020, registrados no resultado do exercício; e (ii) R\$ 63.5 MM para exercícios anteriores, registrados na conta de reserva especial no Patrimônio Líquido.

Impactos da mudança contábil do CPC-47 registrados até o momento:

Os ajustes gerados pela adoção do CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018:

- (i) Para o saldo inicial (de partida) do Ativo Contratual em 1º de janeiro de 2018, o ajuste foi lançado na conta de reserva especial do exercício de 2018 (Patrimônio Líquido), no montante de R\$ 113.399.544,45, referentes a exercícios anteriores.
- (ii) Para o Exercício Social de 2018, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 116.924.085,17 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iii) Para o Exercício Social de 2019, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 291.323.518,24 que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício líquido dos 5% que ficaram retidos como reserva legal.
- (iv) Para o Exercício Social de 2020, o ajuste foi lançado nas Demonstrações de Resultados no montante de R\$ 631.469.547,58 (incluso o montante de R\$ 124.947.792,20 relacionado ao OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº04/2020) que foi destinado para a conta reserva especial ao término do exercício. Além disso, o montante de R\$ 63.583.002,83 relacionado também ao OFÍCIO-

CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 para os exercícios anteriores foi registrado na conta de reserva especial, no patrimônio líquido de 2020.

É importante ressaltar que para o ano corrente de 2021 a reserva legal (5%) não foi constituída com base no art. 193 parágrafo 1º da Lei das S.A. que diz que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182, exceder de 30% do capital social.

Os ajustes acima mencionados somam R\$ 1.216.699.698,28, sendo R\$ 1.196.287.318,11 contabilizados como Reserva Especial e R\$ 20.412.380,17 como Reserva Legal (5%).

Em 30 de setembro de 2021, os ajustes gerados pela adoção do CPC-47 no resultado líquido somam R\$ 336.670.815,53, contabilizados na conta de Lucros Acumulados.

É importante ressaltar que os efeitos relativos à adoção do CPC 47 são excluídos do lucro líquido distribuível e durante o exercício são contabilizados na conta de Lucros Acumulados, sendo destinados para as contas de Reserva Especial e Reserva Legal ao final do exercício social.

4.5. Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 3T21 foi de R\$ 942,3 MM, 0,2% menor que o 3T20, em função do aumento das receitas de operação e manutenção, de remuneração do ativo contratual e de implementação de infraestrutura, porém compensado pela menor receita de correção monetária.

A Receita Líquida IFRS do 9M21 foi de R\$ 2.755,1 MM, 15,2% maior que o registrado no 9M20.

A partir da adoção do CPC 47 (IFRS 15), conforme explicado na seção 4.4, a mudança no reconhecimento do ativo de transmissão produz efeito na receita de implementação de infraestrutura que passa a contabilizar uma margem de implementação de infraestrutura, passando a gerar, portanto, impacto no lucro líquido da Companhia.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a Taesa contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo contratual da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do terceiro trimestre de 2021 foram: IGP-M de 0,60%, 0,78% e 0,66% (acumulado +2,05%), e IPCA de 0,53%, 0,96% e 0,87% (acumulado +2,38%), referente aos meses de junho, julho e agosto de 2021, respectivamente. No terceiro trimestre de 2020, o IGP-M foi de 1,56%, 2,23% e 2,74% (acumulado +6,67%), e IPCA de 0,26%, 0,36% e 0,24% (acumulado +0,86%), referente aos respectivos meses de 2020.

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	3T21	3T20*	Var. %	9M21	9M20*	Var. %
Operação e manutenção		235,4	174,8	34,7%	585,5	501,1	16,8%
Remuneração do ativo contratual de concessão		199,0	164,2	21,2%	572,9	476,9	20,1%
Correção monetária do ativo contratual de concessão		176,7	317,0	-44,2%	982,6	518,3	89,6%
Implementação de infraestrutura		408,4	367,5	11,1%	827,4	1.108,3	-25,4%
Total Receitas IFRS		1.019,6	1.023,5	-0,4%	2.968,3	2.604,6	14,0%
Parcela variável		(14,7)	(6,0)	145,7%	(25,9)	(15,5)	67,8%
Outras receitas operacionais		25,5	6,6	286,8%	37,4	26,6	40,4%
Receita operacional bruta		1.030,4	1.024,1	0,6%	2.979,8	2.615,8	13,9%
PIS e COFINS		(69,7)	(64,4)	8,2%	(173,6)	(171,5)	1,2%
ISS		(0,1)	(0,2)	-29,6%	(0,4)	(0,4)	19,5%
ICMS		(0,1)	(0,0)	82,9%	(0,1)	(0,1)	7,6%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(18,1)	(15,5)	16,9%	(50,5)	(51,4)	-1,7%
Deduções da receita operacional bruta		(88,0)	(80,1)	9,9%	(224,7)	(223,3)	0,6%
Receita operacional líquida		942,3	944,0	-0,2%	2.755,1	2.392,4	15,2%

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

A variação e a composição da receita líquida IFRS da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento anual de 34,7% da receita de O&M se deve principalmente ao reajuste inflacionário do ciclo 2021-2022, de 37,04% no IGP-M e 8,06% no IPCA, considerando a variação entre os períodos de junho de 2020 a maio de 2021, conforme Resolução Homologatória nº 2.895/2021.
- **Remuneração do ativo contratual de concessão:** Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). O resultado do 3T21 apresentou um aumento de 21,2% na comparação anual devido basicamente ao impacto material da correção monetária no saldo do ativo contratual nos doze últimos meses que mais que compensou o efeito natural da amortização do ativo pelos recebimentos.
- **Correção monetária do ativo contratual de concessão:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. A receita de correção monetária apresentou uma queda anual de R\$ 140,3 MM em razão da contração do

índice de inflação IGP-M registrado nos períodos comparados (2,05% no acumulado do 3T21 versus 6,67% no 3T20), conforme apresentado mais acima.

- **Implementação de infraestrutura:** Conforme explicado na seção 4.4, a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de implementação nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de implementação durante o período pré-operacional. O aumento anual de 11,1% na receita de implementação se deve ao aumento dos recebíveis futuros dos projetos em construção em função da correção monetária desse fluxo acima do estimado à época do leilão, impactando positivamente a margem de implementação de infraestrutura de todos os projetos. Associado a este efeito, o aumento desta receita se deve aos maiores investimentos em Sant'Ana e São Pedro.
- **Parcela variável (PV):** A PV aumentou R\$ 8,7 MM na comparação entre os períodos em função dos eventos ocorridos nas concessões de ETEO e Novatrans. Para maiores detalhes vide seção 4.1.
- **Outras receitas operacionais:** O resultado de outras receitas operacionais do 3T21 foi impactado pela contabilização de R\$ 19,6 MM no resultado referente à receita da concessão Janaúba de setembro, uma vez que o ativo contratual é iniciado somente após a entrada em serviço do ativo imobilizado, cujo prazo é de até 60 dias após a sua entrada em operação comercial – prazo concedido pela ANEEL para fechar todo o custo do projeto e colocar em serviço o ativo imobilizado.
- **Deduções da receita bruta:** Houve um aumento de 9,9% na comparação entre o 3T21 e 3T20 principalmente em função do PIS/COFINS que segue a variação da receita bruta em IFRS (o tributo varia de acordo com cada concessão – vide seção 4.15).

4.6. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 234,5 MM no 3T21, 18,5% menor quando comparado ao 3T20.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram nos primeiros nove meses R\$ 643,6 MM, 25,5% menor quando comparado ao 9M20.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	3T21	3T20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
Pessoal		(48,2)	(43,2)	11,5%	(134,3)	(122,9)	9,3%
Material		(156,4)	(220,6)	-29,1%	(421,3)	(665,2)	-36,7%
Serviço de terceiros		(20,9)	(16,0)	30,6%	(56,7)	(50,4)	12,6%
Outros		(3,0)	(3,2)	-7,5%	(14,8)	(12,7)	16,3%
Total		(228,5)	(283,0)	-19,3%	(627,1)	(851,2)	-26,3%
Depreciação e amortização		(6,0)	(4,6)	30,5%	(16,5)	(12,1)	36,4%
Total		(234,5)	(287,6)	-18,5%	(643,6)	(863,3)	-25,5%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 11,5% na comparação entre o 3T21 e o 3T20 é explicado pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 8,06%, refletindo o reajuste da RAP do ciclo 2021-2022 dos contratos de concessão de categoria 3, baseados exclusivamente no índice de inflação IPCA, além do programa de meritocracia, promoções e aumento de quadro.
- **Material:** A redução anual de 29,1% se deve, principalmente, aos menores investimentos no empreendimento em construção de Janaúba (-R\$ 68,2 MM). Esta redução foi parcialmente compensada pelos maiores investimentos no empreendimento de Sant'ana (+2,7 MM) e no novo reforço de São Pedro (+4,2 MM).
- **Serviços de terceiros:** O aumento de 30,6% na comparação anual foi influenciado principalmente pelo aumento nas despesas com limpeza de faixa de servidão, motivada pelo reajuste contratual e maior concentração da realização da capina, roçada e podas no 3T21, e em maiores custos com consultoria jurídica.
- **Outros:** Essas despesas apresentaram uma redução anual de 7,5% principalmente devido a menores despesas com doações e patrocínios.
- **Depreciação e amortização:** O aumento anual de 30,5% é explicado basicamente pela unitização do projeto de implementação do SAP S/4 Hana, o que gerou um aumento na depreciação do 3T21 em comparação ao 3T20.

4.7. EBITDA e Margem EBITDA IFRS

No 3T21, o EBITDA IFRS totalizou R\$ 713,8 MM com margem EBITDA de 75,8%. O aumento de 8,0% do EBITDA IFRS na comparação anual é explicado basicamente pelo aumento da receita de operação e manutenção, seguindo o reajuste da RAP do ciclo 2021-2022, pelo aumento da margem de implementação de infraestrutura em função do reajuste inflacionário do fluxo futuro de recebimento dos projetos acima do esperado, pela maior receita de remuneração do ativo contratual, além de uma redução nos custos e despesas motivada pelos menores investimentos nos projetos em construção.

O **EBITDA IFRS** não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

EBITDA IFRS (Consolidado)

	R\$ MM	3T21	3T20*	Var.%	9M21	9M20*	Var.%
Receita líquida		942,3	944,0	-0,2%	2.755,1	2.392,4	15,2%
Custos e despesas		(228,5)	(283,0)	-19,3%	(627,1)	(851,2)	-26,3%
EBITDA		713,8	660,9	8,0%	2.128,0	1.541,2	38,1%
Margem EBITDA		75,8%	70,0%	5,7 pp	77,2%	64,4%	12,8 pp

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

4.8. Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 3T21 alcançou R\$ 497,5 MM, 29,8% maior que o registrado no 3T20, explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo 2021-2022 da RAP e entrada em operação de Janaúba, efeitos compensados em parte pela queda da RAP de algumas concessões.

Receita Líquida Regulatória no 9M21 somou R\$ 1.286,3 MM, apresentando um aumento anual de 12,6%.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção 4.5 da Receita Líquida IFRS, visto que esse reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo contratual que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS. Por outro lado, a RAP é anualmente reajustada pela inflação a cada novo ciclo que se inicia em 1º dia de julho de cada ano e termina no 30º dia de junho do ano subsequente (vide seção 4.2).

O crescimento na linha da RAP de 27,8% entre o 3T21 e o 3T20 é explicado, basicamente, pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2021-2022 (37,04% em IGP-M e 8,06% em IPCA) e pela entrada em operação da concessão de Janaúba no início de setembro de 2021. O aumento foi compensado em parte pela redução da RAP das concessões Munirah, ATE I e ATE II (maiores detalhes sobre os efeitos e as datas de queda nas seções 4.2 e 4.3).

A Parcela Variável (PV) teve um aumento de R\$ 8,7 MM na comparação anual devido aos eventos ocorridos nas concessões ETEO e Novatrans. Para maiores detalhes vide seção 4.1.

Outras receitas operacionais apresentaram um aumento de R\$ 8,7 MM referente à reversão no 2T21 da parcela de ajuste de São João contabilizada no 1T21, que passou a ser registrada diretamente no passivo em função de mudança de entendimento na contabilidade sobre este evento, conforme explicado no *release* de resultados do trimestre passado. Essa parcela de ajuste vem sendo contabilizada desde 3T20 em função do cancelamento da TLD de São João definida na resolução homologatória 2.275/20, referente ao processo administrativo nº 48500.002803/2017-41 da ANEEL instaurado antes da conclusão da aquisição do ativo. É importante mencionar que o registro não teve impacto financeiro na Companhia uma vez que o valor foi acertado via conta garantia na data de conclusão.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	3T21	3T20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
RAP Concessionárias		559,9	438,2	27,8%	1.439,5	1.288,2	11,7%
Parcela Variável		(14,7)	(6,0)	145,7%	(25,9)	(15,5)	67,8%
Receita do Serviço		545,2	432,2	26,1%	1.413,6	1.272,7	11,1%
Outras receitas operacionais		0,4	(8,4)	n/a	1,1	(7,8)	n/a
Receita operacional bruta		545,6	423,9	28,7%	1.414,7	1.264,9	11,8%
PIS e COFINS		(29,8)	(24,8)	19,9%	(77,3)	(71,2)	8,6%
ISS		(0,1)	(0,2)	-29,6%	(0,4)	(0,4)	19,5%
ICMS		(0,1)	(0,0)	82,9%	(0,1)	(0,1)	7,6%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(18,1)	(15,5)	16,9%	(50,5)	(51,4)	-1,7%
Total Deduções		(48,1)	(40,5)	18,6%	(128,4)	(123,1)	4,3%
Receita operacional líquida		497,5	383,3	29,8%	1.286,3	1.141,8	12,6%

4.9. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 140,8 MM no 3T21, 10,3% maior quando comparado ao 3T20. Os custos de PMSO somaram R\$ 76,5 MM, registrando um aumento anual de 16,4%.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização nos primeiros nove meses do ano alcançaram R\$ 409,1 MM, 9,3% maior na comparação anual. Os custos de PMSO somaram no 9M20 R\$ 217,5 MM, registrando um aumento de 11,7%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

	R\$ MM	3T21	3T20	Var.%	9M21	9M20	Var.%
Pessoal		(48,2)	(43,2)	11,5%	(134,3)	(122,9)	9,3%
Material		(1,7)	(1,0)	70,6%	(4,1)	(2,1)	94,2%
Serviço de terceiros		(20,9)	(16,0)	30,6%	(56,7)	(50,4)	12,6%
Outros		(5,7)	(5,5)	3,9%	(22,4)	(19,4)	15,7%
Total		(76,5)	(65,7)	16,4%	(217,5)	(194,8)	11,7%
Depreciação e amortização		(64,2)	(61,9)	3,9%	(191,6)	(179,5)	6,8%
Total		(140,8)	(127,6)	10,3%	(409,1)	(374,3)	9,3%

As diferenças entre os Resultados Regulatórios e IFRS, na linha de custos, despesas e depreciação e amortização, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias, como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de implementação no ativo contratual. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado. Além disso, a partir da adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, em 2019, são também observadas diferenças nas linhas de Outros custos e despesas operacionais, entre os Resultados Regulatório e IFRS.

Os custos e despesas PMSO totalizaram R\$ 76,5 MM no 3T21 (+16,4% versus 3T20), explicado pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** O aumento de 11,5% na comparação entre o 3T21 e o 3T20 é explicado pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 8,06%, refletindo o reajuste da RAP do ciclo 2021-2022 dos contratos de concessão de categoria 3, baseados exclusivamente no índice de inflação IPCA, além de do programa de meritocracia, promoções e aumento de quadro.
- **Material:** O aumento de R\$ 0,7 MM entre os períodos comparados se deve aos maiores gastos com operação e manutenção de São João, Miracema e Novatrans.
- **Serviços de Terceiros:** O aumento de 30,6% na comparação anual foi influenciado principalmente pelo aumento nas despesas com limpeza de faixa de servidão, motivada pelo reajuste contratual e maior concentração da realização da capina, roçada e podas no 3T21, e nos custos com consultoria jurídica.
- **Outros:** Essas despesas apresentaram um aumento anual de 3,9% principalmente devido a maiores despesas com alugueis.
- **Depreciação e Amortização:** O aumento de 3,9% da depreciação, na comparação entre o 3T21 e o 3T20, refere-se principalmente à unitização do projeto de implantação do sistema SAP S/4 Hana.

4.10. EBITDA e Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 3T21 atingiu R\$ 421,0 MM, 32,6% maior que o registrado no 3T20 e uma margem EBITDA de 84,6% (+1,8pp versus 3T20). Conforme mencionado anteriormente o reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2021-2022 (37,04% em IGP-M e 8,06% em IPCA) e a entrada em operação de Janaúba em setembro explicam o desempenho positivo do EBITDA e aumento da margem EBITDA na comparação anual.

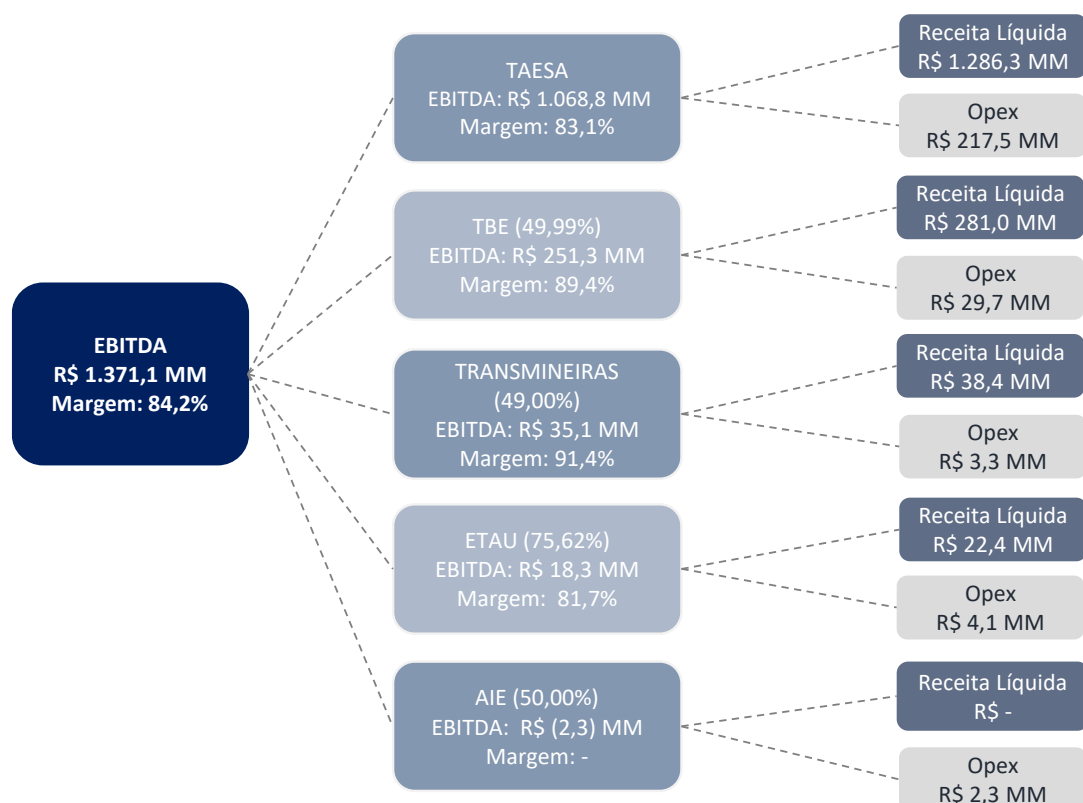
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

EBITDA Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	3T21	3T20	Var.%	9M21	9M20	Var.%
Receita líquida	497,5	383,3	29,8%	1.286,3	1.141,8	12,6%
Custos e despesas	(76,5)	(65,7)	16,4%	(217,5)	(194,8)	11,7%
EBITDA	421,0	317,6	32,6%	1.068,8	947,1	12,8%
Margem EBITDA	84,6%	82,9%	1,8 pp	83,1%	82,9%	0,1 pp

4.11. Composição do EBITDA Regulatório

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório nos primeiros nove meses de 2021 considerando todas as concessões do grupo Taesa proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, Transmineiras, AIE e TBE).



4.12. Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 3T21 totalizou R\$ 148,4 MM, 35,5% menor que o 3T20. Já nos primeiros nove meses de 2021, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 633,8 MM, 14,9% maior que o mesmo período de 2020.

Equivalência Patrimonial IFRS

	R\$ MM	3T21	3T20*	Var. %	9M21	9M20*	Var. %
ETAU		(2,6)	23,8	-	21,5	30,6	-29,6%
TBE		108,0	127,9	-15,6%	436,6	308,0	41,8%
Aimorés		6,3	12,4	-49,3%	16,6	48,3	-65,6%
Paraguaçu		12,8	11,4	12,1%	27,6	71,8	-61,5%
Ivaí		14,3	38,1	-62,5%	77,4	60,3	28,3%
Transmineiras		9,6	16,3	-41,0%	54,1	32,9	64,5%
Total Equivalência Patrimonial		148,4	230,0	-35,5%	633,8	551,8	14,9%

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

A queda de 35,5% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 3T21 e o 3T20, se deve principalmente a: (i) variação negativa na receita de correção monetária no resultado da TBE, ETAU e Transmineiras em função da redução do índice de inflação IGP-M registrado entre os períodos comparados (+2,05% no 3T21 vs. +6,67% no 3T20); (ii) menores investimentos nas concessões em construção Aimorés e Ivaí, do grupo AIE; e (iii) maiores despesas financeiras relativas a 1ª emissão de debêntures de Ivaí e 2ª emissão de debêntures da EDTE, ambas indexadas ao IPCA.

4.13. Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 3T21 totalizou R\$ 32,8 MM, 1,8% maior que o registrado no 3T20. Nos primeiros nove meses de 2021, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R\$ 104,3 MM, 20,0% menor que o registrado no 9M20.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

	R\$ MM	3T21	3T20	Var. %	9M21	9M20	Var. %
ETAU		4,1	2,7	52,2%	16,9	11,3	49,7%
TBE		62,9	51,4	22,3%	160,3	167,1	-4,1%
Aimorés		(0,2)	(0,1)	84,0%	(0,2)	(0,3)	-34,3%
Paraguaçu		(0,3)	(0,2)	41,9%	(0,3)	(0,5)	-28,4%
Ivaí		(29,3)	(16,8)	74,9%	(58,5)	(31,7)	84,7%
Transmineiras		9,3	8,8	4,8%	27,1	25,3	7,0%
Resultado das Controladas		46,4	45,9	1,2%	145,2	171,3	-15,2%
Amortização do ágio - TBE		(13,6)	(13,6)	0,0%	(40,9)	(40,9)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial		32,8	32,2	1,8%	104,3	130,3	-20,0%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 3T21 apresentou um aumento de 1,8% na comparação anual. Este desempenho é explicado pelo reajuste inflacionário do ciclo da RAP 2021-2022 (37,04% em IGP-M e 8,06% em IPCA), mas compensado pela queda de 50% na RAP da ETAU e Transmineiras e pelo aumento das despesas financeiras relativas a 1ª emissão de debêntures de Ivaí e à 2ª emissão de debêntures da EDTE, ambas indexadas ao IPCA.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí, Transmineiras e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

4.14. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 230,4 MM no 3T21, 93,1% maior que o registrado no 3T20. Já a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 229,7 MM, 93,7% maior na comparação anual.

Nos primeiros nove meses de 2021 a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 586,6 MM, apresentando um aumento de 107,6% contra 9M20. A despesa financeira líquida regulatória alcançou R\$ 584,5 MM, 108,4% maior em relação aos primeiros nove meses de 2020.

Resultado Financeiro IFRS

	R\$ MM	3T21	3T20	Var.%	9M21	9M20	Var.%
Receitas Financeiras		8,7	10,7	-18,6%	20,2	33,0	-38,6%
Renda de aplicação financeira		8,7	10,7	-18,6%	20,2	33,0	-38,6%
Despesas Financeiras		(239,0)	(130,0)	83,9%	(606,8)	(315,6)	92,3%
Juros incorridos		(110,1)	(84,9)	29,7%	(295,5)	(234,1)	26,2%
Variações monetárias e cambiais		(125,3)	(42,6)	194,5%	(296,5)	(68,7)	331,6%
Ajuste ao valor justo		(0,0)	0,0	n/a	(0,0)	0,0	n/a
Arrendamento		(0,7)	(0,7)	-0,2%	(2,1)	(2,1)	-1,5%
Outras despesas/receitas financeiras		(2,9)	(1,8)	62,2%	(12,8)	(10,6)	20,7%
Total IFRS		(230,4)	(119,3)	93,1%	(586,6)	(282,6)	107,6%

A redução anual de 18,6% nas Receitas Financeiras ocorreu em razão do menor volume de caixa médio aplicado como resultado do pagamento de proventos de R\$ 1,03 bilhão em maio de 2021 e de R\$ 523,4 MM entre novembro e dezembro de 2020, do pagamento de amortização e juros da 3ª emissão de debêntures da Taesa em outubro de 2020 no valor de R\$ 478 MM e da 4ª emissão de debêntures da Taesa em setembro de 2020 no valor de R\$ 304 MM e da liquidação dos CCBs do Citibank e Bradesco no valor total de R\$ 456,7 MM. A queda foi compensada parcialmente pelo aumento do CDI, pela captação de R\$ 750 MM referente a 10ª emissão de debêntures da Taesa ocorrida em maio de 2021 e pela geração de caixa operacional de R\$ 687,6 MM entre os períodos comparados.

O aumento na linha de juros incorridos se deve ao aumento do principal da dívida em função da correção pela inflação, impactando a base de cálculo dos juros incorridos, e ao aumento do CDI entre os períodos comparados, além da 10ª emissão de debêntures da Taesa ocorrida em maio deste ano.

O aumento na linha de variações monetárias e cambiais na comparação anual é explicado basicamente pelo aumento da inflação acumulada em IPCA registrada no período (+3,02% no 3T21 contra +1,24% no 3T20).

A linha de outras despesas/receitas financeiras apresentou um aumento de 62,2% na comparação anual, explicado pela redução das despesas financeiras no 3T20 em função das emissões das debêntures da Taesa e Janaúba naquele trimestre assim como pelo aumento das despesas com custódia de ações.

4.15. Impostos

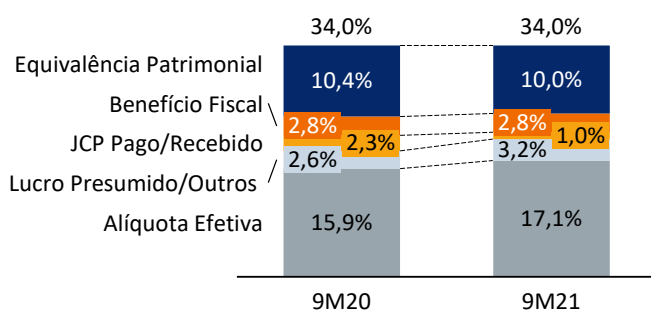
A redução de 18,9% do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 3T21 e 3T20 é explicado basicamente pela queda no lucro antes dos impostos e pela redução dos JCP pagos no 3T21 que provocou maior aproveitamento dos incentivos fiscais.

R\$ MM	IFRS					
Conciliação Imposto	3T21	3T20*	Var.%	9M21	9M20*	Var.%
Lucro antes do Impostos	625,9	767,0	-18,4%	2.158,7	1.798,3	20,0%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(212,8)	(260,8)	-18,4%	(734,0)	(611,4)	20,0%
Equivalência Patrimonial	50,5	78,2	-35,5%	215,5	187,6	14,9%
SUDAM/SUDENE	42,4	17,1	148,4%	60,0	50,5	18,7%
JCP Pago/Recebido	-	20,0	-100,0%	22,1	40,8	-45,8%
Empresas Lucro Presumido	31,6	35,7	-11,4%	76,5	46,2	65,5%
Outros	(0,6)	0,2	n/a	(8,2)	0,7	n/a
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(89,0)	(109,7)	-18,9%	(368,1)	(285,5)	28,9%
Alíquota Efetiva	14,2%	14,3%	-0,1 pp	17,1%	15,9%	1,2 pp

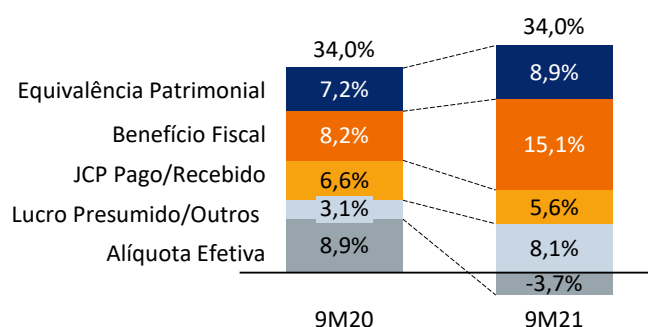
* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

R\$ MM	Regulatório					
Conciliação Imposto	3T21	3T20	Var.%	9M21	9M20	Var.%
Lucro antes do Impostos	159,9	169,4	-5,6%	396,9	617,4	-35,7%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(54,4)	(57,6)	-5,6%	(135,0)	(209,9)	-35,7%
Equivalência Patrimonial	11,2	11,0	1,8%	35,5	44,3	-20,0%
SUDAM/SUDENE	42,4	17,1	148,4%	60,0	50,5	18,7%
JCP Pago/Recebido	-	20,0	-100,0%	22,1	40,8	-45,8%
Empresas Lucro Presumido	9,6	10,8	-10,8%	23,7	18,9	25,5%
Outros	23,4	(5,1)	n/a	8,5	0,3	2504,6%
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	32,2	(3,9)	n/a	14,8	(55,1)	n/a
Alíquota Efetiva	-20,1%	2,3%	-22,4 pp	-3,7%	8,9%	-12,7 pp

Alíquota Efetiva - IFRS



Alíquota Efetiva - Regulatório



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
NVT	"Real"	"Sudam"	73%	2023	0,65%	3,00%
GTESA	"Real"	"Sudene"	100%	2023	0,65%	3,00%
PATESA	"Real"	"Sudene"	100%	2025	0,65%	3,00%
Munirah	"Real"	"Sudene"	84%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene"	85%	2026	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Presumido"	"Sudam"	100%	2029	0,65%	3,00%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	80%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
ETAU	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
BRASNORTE	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE*	"Real"	"Sudam"	100%	2020	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	22%	2032	1,65%	7,60%
IVAÍ	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%

*A EBTE solicitou a renovação do benefício fiscal da SUDAM em agosto de 2020 e está aguardando posição do órgão competente.

O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Esses benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o Imposto de Renda devido na exploração das concessões de transmissão.

Regra de incidência de IRPJ e CSLL por regime fiscal

Lucro Real: A empresa deve antecipar os tributos mensalmente, com base no faturamento mensal, sobre o qual aplicam-se percentuais predeterminados, de acordo com o enquadramento das atividades, para obter uma margem de lucro estimada sobre a qual recai o IRPJ e a CSLL. No final do ano, a pessoa jurídica levanta o balanço anual e apura o lucro real do exercício, calculando em definitivo o IRPJ e a CSLL e descontando as antecipações realizadas mensalmente. Eventualmente, as antecipações podem ser superiores aos tributos devidos, ocasionando um crédito em favor do contribuinte.

Lucro Presumido: O IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido são apurados trimestralmente. A alíquota de cada tributo (IRPJ e CSLL) incide sobre as receitas com base em percentual de presunção variável, dependendo da atividade. No caso da Taesa, as alíquotas de presunção de IRPJ e CSLL são 8% e 12%, respectivamente.

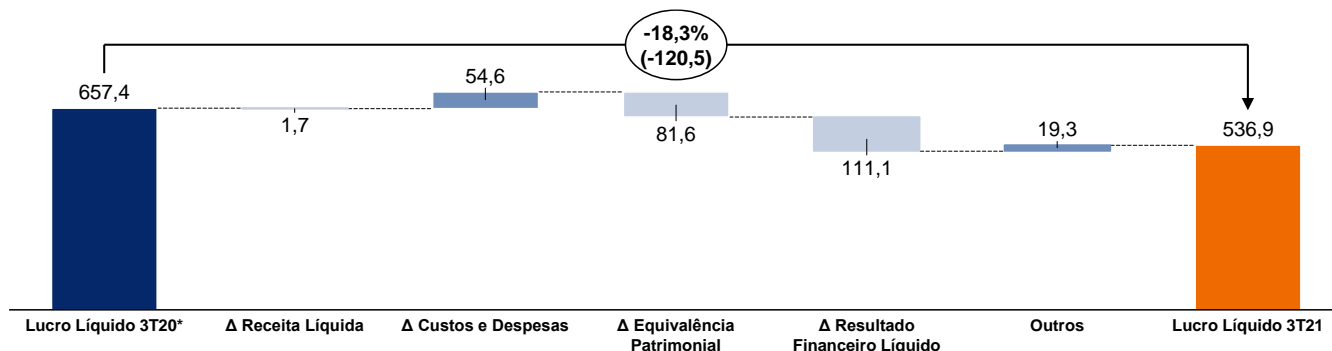
Com o surgimento da Lei 12.973/2014, a Companhia passou os anos de 2015 a novembro de 2017 contabilizando com a alíquota de presunção de 32%. Porém, baseada em jurisprudências passadas, no 4T17 a Companhia efetuou a reversão da provisão do IRPJ e CSLL na ETAU* e em São Gotardo, e passou a contabilizar utilizando as alíquotas anteriores (8% e 12%). O mesmo ocorreu para concessões do grupo TBE que adotam o Lucro Presumido.

* Em 2015 a ETAU utilizava o regime de Lucro Presumido. Porém, a partir de janeiro de 2016, optou pelo regime de Lucro Real, visando redução da carga tributária do IRPJ e CSLL, em razão da entrada em vigor da Lei nº 12.973/14.

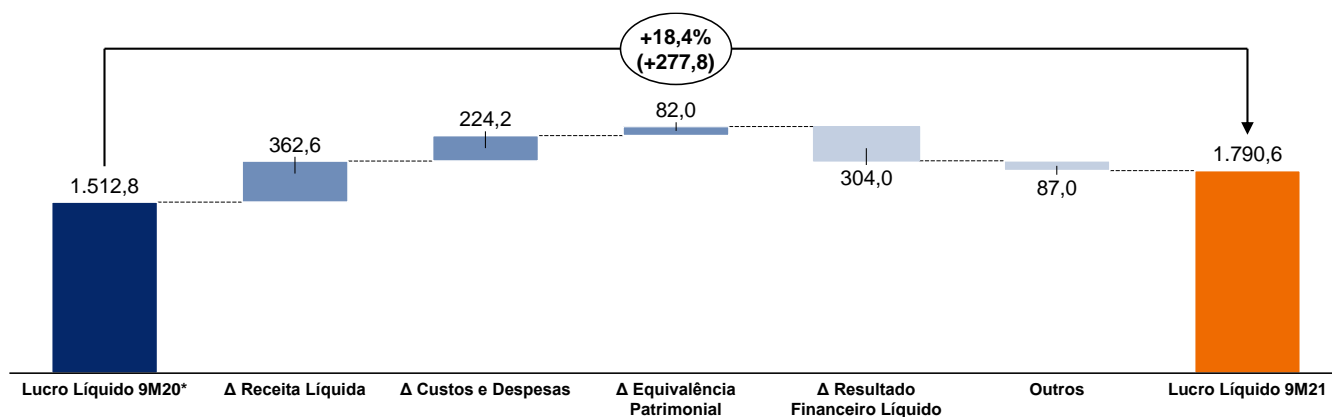
4.16. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 536,9 MM no 3T21, 18,3% menor que o registrado no 3T20. Nos primeiros nove meses de 2021, o Lucro Líquido IFRS somou R\$ 1.790,6 MM, 18,4% maior na comparação com o mesmo período de 2020.

Lucro Líquido IFRS – 3T21:



Lucro Líquido IFRS – 9M21:

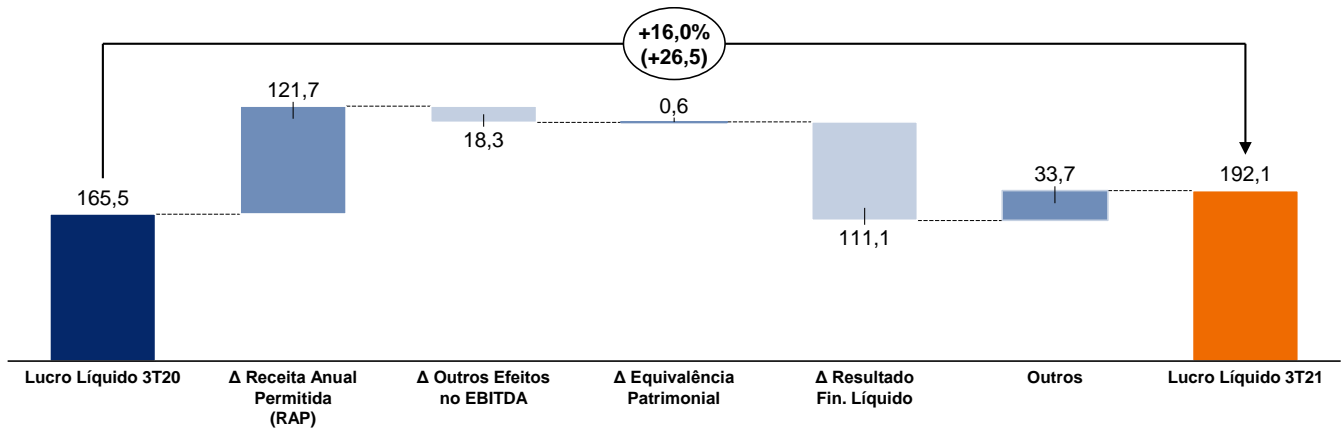


* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

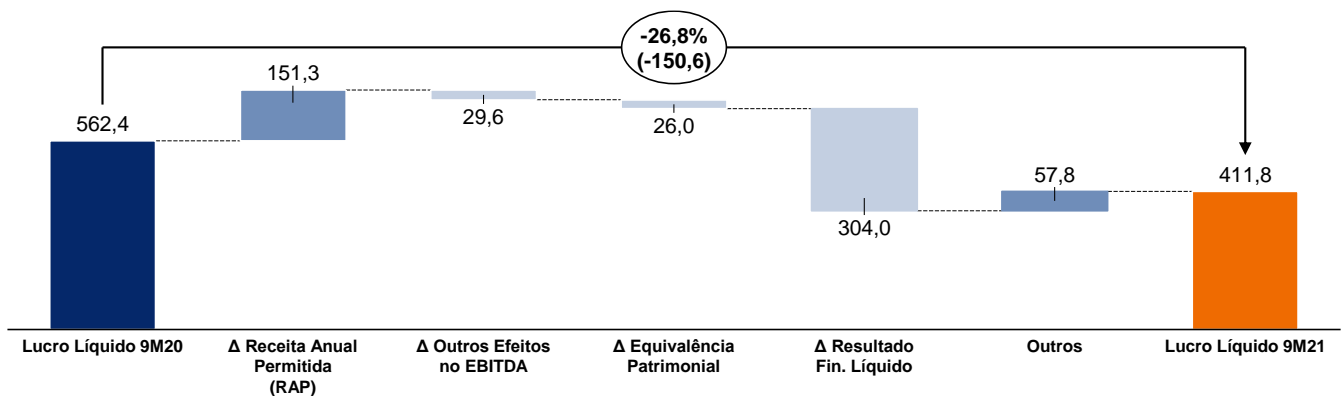
Resultado do 3º trimestre de 2021

Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 192,1 MM no 3T21, apresentando um aumento anual de 16,0%. Já no 9M21, o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 411,8 MM, 26,8% menor que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido Regulatório – 3T21:



Lucro Líquido Regulatório – 9M21:



Lucro Líquido Ajustado

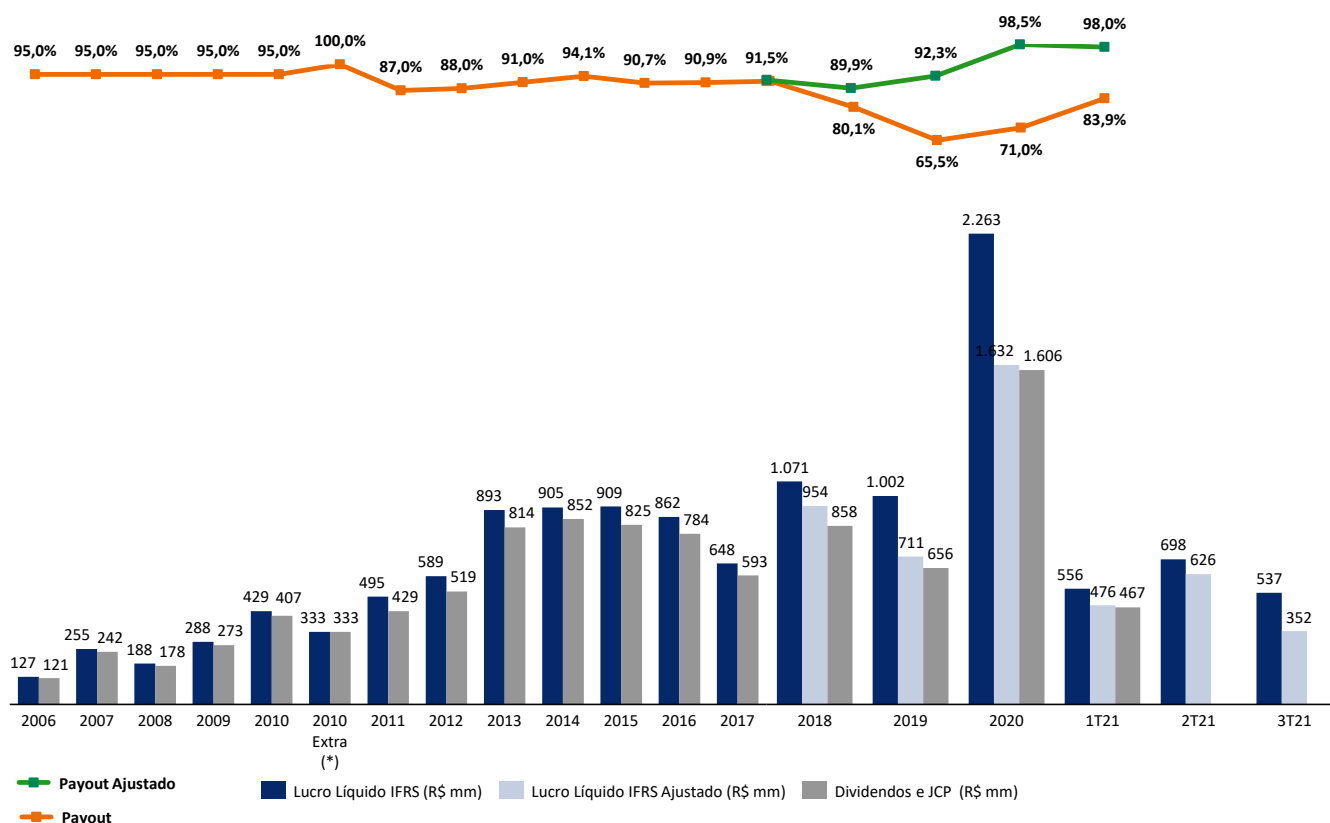
A partir da adoção do CPC 47 de 2018 em diante, a Companhia passou a antecipar um resultado estritamente contábil (sem efeito caixa) referente à eficiência da construção (vide seção 4.4 para maiores detalhes). Entretanto, para fins de distribuição de dividendos e com o intuito de manter o fluxo de dividendos que a Taesa vem historicamente pagando sem afetar a sua posição de caixa e sua alavancagem, a Companhia passou a apresentar trimestralmente um lucro líquido ajustado excluindo os efeitos das margens de implementação. Isto é, o lucro líquido ajustado se aproxima do método contábil utilizado anteriormente (ativo financeiro a custo amortizado). Consequentemente, a Companhia passou a registrar uma reserva especial de lucro referente a estes ajustes, que poderá ser futuramente distribuída em forma de dividendos.

DRE IFRS - Consolidado - 9M21

	R\$ mil	DRE (CPC 47)	Ajustes	DRE Ajustada
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Operação e manutenção		585.492		585.492
Remuneração do ativo contratual de concessão		572.854	(36.250)	536.603
Correção monetária do ativo contratual de concessão		982.608		982.608
Implementação de Infraestrutura		827.350	(224.677)	602.674
Outras receitas operacionais		37.408		37.408
Parcela variável		(25.927)		(25.927)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		2.979.784	(260.927)	2.718.857
PIS e COFINS		(173.635)	23.980	(149.655)
ISS		(431)		(431)
ICMS		(92)		(92)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(50.535)		(50.535)
Outras deduções		-		-
Deduções da receita operacional bruta		(224.692)	23.980	(200.712)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		2.755.092	(236.947)	2.518.145
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS				-
Pessoal		(134.309)		(134.309)
Material		(421.274)		(421.274)
Serviços de terceiros		(56.696)		(56.696)
Depreciação e amortização		(16.512)		(16.512)
Outras despesas operacionais		(14.797)		(14.797)
Custos e despesas		(643.589)	-	(643.589)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas		-		-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.111.503	(236.947)	1.874.556
Resultado de equivalência patrimonial		633.803	(179.462)	454.341
Renda de aplicação financeira		20.243		20.243
Despesas financeiras		(606.837)		(606.837)
Resultado financeiro		(586.594)	-	(586.594)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		2.158.711	(416.409)	1.742.302
Imposto de Renda e Contribuição Social		(368.075)	79.738	(288.337)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.790.636	(336.671)	1.453.966
Participação dos acionistas controladores (Distribuível)		1.790.636	(336.671)	1.453.966
Participação dos acionistas não-controladores		-		-
Reserva legal 5%		-	-	-
Reserva de incentivo fiscal		(45.120)		(45.120)
Reserva especial - adoção inicial CPC 47		(336.671)	336.671	-

4.17. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

No dia 27 de maio de 2021, a Taesa pagou o total de R\$ 1.028,5 MM segregados da seguinte forma: (i) R\$ 561,9 MM (R\$ 1,63 / Unit) a título de dividendos adicionais referente à destinação do lucro líquido de 2020 e R\$ 466,6 MM divididos em R\$ 401,6 MM (R\$ 1,17 / Unit) a título de dividendos intercalares e R\$ 65,0 MM (R\$ 0,19 / Unit) a título de juros sobre capital próprio (JCP), ambos com base nas demonstrações financeiras intermediárias levantadas em 30 de março de 2021.



*Reserva do IFRS

4.18. Endividamento

No 3T21, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 6.827,9 MM, 2,4% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 977,7 MM, registrando um crescimento de 34,1% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 5.850,2 MM, 1,5% menor que o 2T21.

R\$ MM

Dívida Líquida	3T21	% Dív Bruta	2T21	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	934,4	13,7%	884,2	13,3%	5,7%
Taxa Fixa	8,9	0,1%	9,0	0,1%	-0,2%
CDI	492,6	7,2%	461,7	6,9%	6,7%
IPCA	432,8	6,3%	413,5	6,2%	4,7%
Longo Prazo	5.893,5	86,3%	5.781,6	86,7%	1,9%
Taxa Fixa	4,2	0,1%	6,4	0,1%	-34,5%
CDI	1.538,2	22,5%	1.433,4	21,5%	7,3%
IPCA	4.351,2	63,7%	4.341,7	65,1%	0,2%
Endividamento Total	6.827,9	100,0%	6.665,7	100,0%	2,4%
(-) Caixa e Aplicações *	(977,7)		(729,3)		34,1%
(=) Dívida Líquida	5.850,2		5.936,5		-1,5%

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

No 3T21 a dívida bruta totalizou R\$ 6.827,9 MM e o caixa R\$ 977,7 MM, resultando em uma dívida líquida de R\$ 5.850,2 MM. O aumento de 2,4% da dívida bruta no período se deve aos juros incorridos no trimestre associado a um IPCA de 3,02% e um CDI de 1,21% no período.

O aumento de 34,1% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicado principalmente pela geração de caixa operacional no trimestre de R\$ 261,7 MM e dividendos recebidos das coligadas e controladas no valor de R\$ 116,4 MM, compensado parcialmente pelo desembolso de Capex para os projetos em construção no valor de R\$ 173,5 MM.

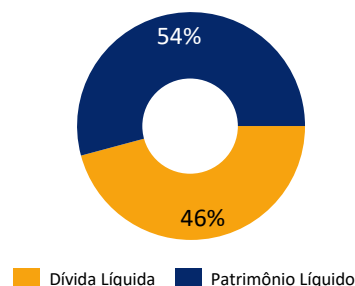
Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 8.807,0 MM e o caixa de R\$ 1.251,3 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 948,0 MM e caixa/aplicações de R\$ 66,8 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 5,0 MM e caixa/aplicações de R\$ 8,5 MM; (iii) dívidas das Transmineiras no montante de R\$ 59,6 MM e caixa/aplicações de R\$ 7,8 MM; e (iv) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 966,5 MM e caixa/aplicações de R\$ 190,5 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 4,3x no 3T21, abaixo do registrado no 2T21 (4,6x). Desconsiderando o resultado das empresas controladas em conjunto e coligadas, esse indicador seria de 4,3x no 3T21 versus 4,7x registrado no 2T21.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	6.827,9	977,7	5.850,2
ETAU (75,6%)	5,0	8,5	-3,5
TBE (49,99%)	948,0	66,8	881,2
Transmineiras (49%)	59,6	7,8	51,8
AIE (50%)	966,5	190,5	776,0
TOTAL	8.807,0	1.251,3	7.555,7

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



Resultado do 3º trimestre de 2021

A dívida da Taesa, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	3ª Debêntures	IPCA	1.191.417	58.077	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
	4ª Debêntures	IPCA	307.816	584	IPCA + 4.41%	AAA.br	Set/2024	Anual	1
	5ª Debêntures	IPCA	608.098	7.669	IPCA + 5.9526%	-	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	CDI	440.688	14.422	108% CDI	AAA.br	Mai/2026	Bullet	1
	6ª Debêntures	IPCA	229.100	4.913	IPCA + 5,50%	AAA.br	Mai/2044	Mensal	12
	7ª Debêntures	IPCA	546.942	50.678	IPCA + 4,50%	-	Set/2044	Semestral	2
	8ª Debêntures	IPCA	337.605	5.040	IPCA + 4,77%	AAA.br	Dez/2044	Semestral	2
	9ª Debêntures	CDI	449.266	14.465	CDI + 2,85%	-	Abr/2022	Bullet	1
	10ª Debêntures	CDI	639.998	14.041	CDI + 1,70%	-	Mai/2028	Bullet	1
	10ª Debêntures	IPCA	103.762	1.796	IPCA + 4,7605%	-	Mai/2036	Anual	1
	SWAP - Citibank*	CDI	352.388	0	106.0% CDI	-	Mai/2023	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	IPCA	107.906	0	IPCA + 3,995%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	107.904	0	IPCA + 3,99%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	IPCA	54.017	0	IPCA + 3,94%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Br Partners)	IPCA	53.908	0	IPCA + 3,91%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	IPCA	53.158	0	IPCA + 3,66%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	IPCA	53.704	0	IPCA + 3,59%.a.a.	-	Mai/2026	Bullet	1
	FINAME	pré-fix	76	0	5,50%	-	Jul/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	3.173	3	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	6.663	8	3,00%	-	Jan/2023	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	157	0	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12
SGT	FINAME	pré-fix	3.058	3	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
Janaúba	1ª Debêntures	IPCA	248.303	31.349	IPCA + 4,5% a.a.	-	Jul/2033	Trimestral	4
	2ª Debêntures	IPCA	611.446	56.024	IPCA + 4,8295%.a.a.	-	Dez/2044	Anual	1
Lagoa Nova	Financiamento BNB	IPCA	55.190	3.089	IPCA + 2,109% a.a.	-	Mai/2038	Mensal	12
ETAU	BNDES - GIRO	TJLP	4.963	35	TLP + 2,78% + 1,5% + 1,5%	-	Out/2023	Mensal	12
EATE	5ª Debêntures - 2ª	CDI	0	0	116% CDI	-	Set/2021	Bullet	1
	6ª Debêntures	CDI	7.621	6	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	7ª Debêntures	CDI	16.184	13	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	8ª Debêntures	CDI	134.726	1.482	108.60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	9ª Debêntures	CDI	99.677	2.894	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
EBTE	1ª Debentures	CDI	28.612	23	112% CDI	-	jun/23	Mensal	12
	2ª Debentures	CDI	37.089	1.078	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
EDTE	2ª Debêntures	IPCA	153.522	28.161	IPCA + 5,29%	-	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	4ª Debêntures	CDI	5.918	5	107,75% CDI	-	Set/ 2022	Mensal	12
	5ª Debêntures	CDI	9.518	105	108,60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	15.111	93	2,90% a.a. + CDI	-	jul/25	Mensal	12
	6ª Debêntures	CDI	9.506	276	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
ENTE	4ª Debêntures	CDI	24.918	274	108.60% CDI	-	Jul/2024	Bullet	1
	CCB Santander	CDI	50.710	314	2,90% a.a. + CDI	-	Jul/2025	Mensal	12
ETEP	3ª Debêntures	CDI	9.617	8	112% CDI	-	Jun/2023	Mensal	12
	CBB Santander	CDI	45.634	282	TJLP + 2,08%	-	Abr/2027	Mensal	12
	4ª Debêntures	CDI	24.887	724	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
ESTE	1ª Debêntures	IPCA	195.504	43.506	IPCA + 4,5% a.a.	-	Dez/2044	Semestral	2
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	4.541	23	10% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	BNB	pré-fix	1.283	104	9,5% a.a.	-	Mar/2025	Mensal	12
	2ª Debêntures	CDI	7.765	6	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	3.002	4	3,50%	-	Jan/2024	Mensal	12
	BDMG	pré-fix	1.837	78	3,5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
	2ª Debentures	CDI	5.246	4	107.75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	3ª Debentures	CDI	26.889	782	CDI + 1,9%	-	Abr/2026	4 e 5º ano	1
	BNDES	pré-fix	1.342	79	6,5% + TJLP	-	Abr/2026	Mensal	12
TRANSUDESTE	2ª Debêntures	CDI	6.603	5	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
IVAÍ	1ª Debêntures	IPCA	884.195	82.272	IPCA + 4,9982% a.a.	-	Dez/2043	Semestral	2
Total			8.382.162	424.797					

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

4.19. Investimentos

No 9M21, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 818,9 MM contra R\$ 1.108,8 MM investidos no 9M20, referentes aos empreendimentos em construção. A redução de 26,1% entre os períodos comparados se deve aos menores investimentos em alguns projetos (Janaúba, Aimorés e Paraguaçu), principalmente em função do estágio avançado da construção destes empreendimentos, compensado em parte por maiores investimentos em Sant'Ana, Ivaí e ESTE.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

R\$ Mil	Custo de Implementação (Capex)								
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	9M21	TOTAL
Mariana	2.619	4.751	21.181	38.106	22.797	55.083	34.592	-	179.129
Miracema			1.197	41.695	115.009	110.664	-	-	268.565
Janaúba				10.190	30.741	116.074	655.111	172.842	984.958
Aimorés				3.923	3.638	65.877	82.034	9.123	164.595
Paraguaçu				5.750	4.611	110.848	108.966	18.307	248.481
Ivaí				8.662	12.740	46.190	379.137	297.977	744.706
ESTE				868	4.546	6.243	122.486	110.209	244.352
EDTE					14.635	175.155	1.837	-	191.626
Sant'Ana					-	32.172	151.021	210.424	393.617
Total	2.619	4.751	22.378	109.195	208.716	718.306	1.535.184	818.881	3.420.030

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. O ajuste na linha de custos de implementação de infraestrutura gerado pela adoção do CPC 47, relativo ao tratamento de adiantamento com fornecedores até 31 de dezembro de 2017, foi lançado na conta de reserva especial do exercício social de 2018 (PL). Para fins do acompanhamento na tabela acima, este impacto foi adicionado ao valor de investimentos de cada projeto no ano de 2017.

4.20. Projetos em Construção

A Companhia possui atualmente 5 empreendimentos em construção com um investimento total ANEEL de R\$ 3.884 MM e uma RAP de R\$ 732,1 MM (ciclo RAP 2021-2022). Considerando apenas a participação da Taesa nessas concessões, o investimento ANEEL é de R\$ 2.246,9 MM com uma RAP proporcional de R\$ 399,6 MM.

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2021-22) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 013/2013 (Dez/13)	Mariana (Lote A)	82 km / Minas Gerais	100% Taesa	17,8	107	mai/14	mai/17	Concluído em 25/05/2020
Leilão 013/2015 (Abr/16)	Miracema (Lote P)	90 km / Tocantins	100% Taesa	74,5	276	jun/16	dez/19	Concluído em 29/11/2019
	EDTE (Lote M)	167 km / Bahia	25% Taesa 25% Apollo 12 50% ENTE	76,1	368	dez/16	dez/19	Concluído em 20/01/2020
Leilão 013/2015 2ª Parte (Out/16)	ESTE (Lote 22)	236 km / Minas Gerais e Espírito Santo	50% Taesa 50% Alupar (100% EATE- TBE)	123,6	486	fev/17	fev/22	Em andamento
	Janaúba (Lote 17)	545 km / Bahia e Minas Gerais	100% Taesa	213,6	960	fev/17	fev/22	Concluído em 01/09/2021
	Aimorés (Lote 4)	208 km / Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	87,4	341	fev/17	fev/22	Em andamento
	Paraguaçu (Lote 3)	338 km / Bahia e Minas Gerais	50% Taesa 50% CTEEP	130,4	510	fev/17	fev/22	Em andamento
Leilão 005/2016 (Abr/16)	Ivaí (Lote 1)	600 km / Paraná	50% Taesa 50% CTEEP	323,7	1.937	ago/17	ago/22	Em andamento
Leilão 004/2018 Dez/18	Sant'Ana (Lote 12)	591 km / Rio Grande de Sul	100% Taesa	67,1	610	mar/19	mar/23	Em andamento
TOTAL		2.857 km		R\$ 1.114 MM	R\$ 5.595 MM			

Status dos Projetos

Mariana

- Licença Prévia (LP) emitida em maio de 2016.
- Licenças de Instalação e Operação (LI e LO) emitidas em dezembro de 2018.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo (TLD) em 20/12/2019 para o reforço de Mariana.
- Energização concluída em 25 de maio de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo em 8 de junho de 2020, com data de entrada em operação comercial retroativa ao dia 4 de junho de 2020.
- Concessão em operação.

Miracema

- Todas as licenças ambientais adquiridas: LI's e LP's das LT 500kV, LT 230kV, SE Palmas, SE Lajeado e SE Miracema.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDAM em setembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- O trecho LT Miracema – Lajeado (circuito 2), tensão de 500kV e 30 km de extensão, foi energizado em setembro de 2019. Energização dos demais trechos concluída em 29 de novembro de 2019.
- Emissão do Termo de Liberação Definitivo (TLD) em 1 de outubro de 2019 para o reforço, em 27 de dezembro de 2019 para as instalações de 500kV e em 18 de fevereiro de 2020 para as instalações de 230 kV e 138 kV, sendo que neste último trecho, foi emitido um Termo de Liberação de Receita (TLR) para período compreendido entre 27 de dezembro de 2019 e 7 de fevereiro de 2020.
- Concessão em operação.

EDTE

- Licença Prévia (LP) emitida em junho de 2018.
- 2ª emissão de Debêntures da EDTE em dezembro de 2018.
- Licença de Instalação (LI) emitida em janeiro de 2019.
- Energização do trecho LT 500kV Ibicoara – Poções III e da Subestação 500/230kV Poções III em 22 de dezembro de 2019.
- Última energização da EDTE referente ao trecho LT 230kV poções III – Poções II em 20 de janeiro de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Provisória em 20 de janeiro de 2020.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 7 de fevereiro de 2020.
- Concessão em operação.

ESTE

- Projeto básico protocolado na ANEEL e já aprovado no ONS.
- Licença Prévia (LP) emitida em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em outubro de 2019.
- 1ª emissão de debêntures da ESTE em dezembro de 2019.
- Emitida a Ordem de Serviço de Campo (OSC) para início dos trabalhos de campo.
- Avanço físico em 93%.

Janaúba

- Projeto básico aprovado pela ANEEL/ONS para subestações e para as linhas de transmissão.
- Finalizadas as atividades de implementação de traçado / topografia.
- Licença Prévia (LP) emitida em setembro de 2018.
- Contrato de financiamento assinado junto ao BNB em setembro de 2018.

- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em novembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- 1ª emissão de debêntures de Janaúba em janeiro de 2019.
- Licença de Instalação (LI) emitida em julho de 2019.
- 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro de 2019.
- Energização concluída em 1º de setembro de 2021.
- Emissão do Termo de Liberação Definitiva em 10 de setembro de 2021, com data retroativa a 1º de setembro de 2021.
- Concessão em operação.

Aimorés

- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em abril de 2019.
- Avanço físico em 94%.

Paraguaçu


- Projeto básico aprovado pela ANEEL.
- Licença Prévia (LP) emitida em outubro de 2018.
- Reconhecido o direito ao benefício fiscal da SUDENE em dezembro de 2018. O benefício terá a duração de 10 anos, a contar da entrada em operação do empreendimento.
- Licença de Instalação (LI) emitida em maio de 2019.
- Avanço físico em 91%.

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranaíba Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranaíba Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Avanço físico em 89%.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.



Resultado do 3º trimestre de 2021

- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.
- Avanço físico em 76%.

4.21. Iniciativas Ambiental, Social e de Governança (ASG)

A Taesa nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, assim como em seus processos administrativos e de gestão do negócio, considera o tema Sustentabilidade um importante valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura organizacional, a fim de manter a segurança e confiabilidade de seus processos, bem como a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

A Companhia atua em diversas frentes e ações voltadas para o tema socioambiental e de governança, dando publicidade as mesmas em seu relatório de sustentabilidade (novo nome do relatório socioambiental), que é uma publicação que atende aos requisitos da Aneel e também à demanda de diversas partes interessadas. Buscando sempre a melhora contínua de seus processos, a Companhia identificou oportunidade de avançar na estratégia de comunicação de suas ações relacionadas aos temas ASG e buscar novas e melhores práticas do mercado.

A Taesa realizou um trabalho com uma consultoria especializada para avaliar a maturidade em ASG e traçou um plano de ação. A avaliação inicial da consultoria demonstrou um grau bem satisfatório de maturidade e aderência às boas práticas ASG pela Taesa. A partir desse trabalho e buscando um aprimoramento contínuo das práticas ASG, no âmbito do negócio de transmissão, a Companhia definiu um plano de ação de 4 anos (2020 a 2023).

Dentre as ações mapeadas, a Companhia tem implementado as seguintes:

- Signatário do Pacto Global da ONU comprometido com a Agenda 2030 (ODS)
- Relatório de Sustentabilidade 2020 conforme Global Reporting Initiative (GRI)
- Início do processo de elaboração da matriz de materialidade (GRI)
- Emissão de 5 debêntures verdes
- Política de biodiversidade
- Certificação Great Place to Work – 1º lugar no Destaque GPTW Energia 2020 – Segmento Geração, Distribuição e Transmissão
- Projetos de responsabilidade social
- Compromisso para a redução de combustível fóssil na frota
- Cláusulas ambientais e sociais em contratos com fornecedores
- Programa de diversidade e inclusão
- Conclusão do inventário de gases de efeitos estufa (GEE), estruturado com base na metodologia GHG Protocol
- Aprovação do planejamento estratégico de longo prazo da Taesa
- Intensificação das medidas de proteção, segurança e saúde frente a pandemia
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas
- Adesão aos Princípios de Empoderamento das Mulheres - ONU Mulheres
- Reformulação da seção de Sustentabilidade do website de Relações com Investidores da Taesa

É importante ressaltar a criação do programa de Diversidade e Inclusão composto por um plano de 18 ações segregadas em torno de 100 atividades com o objetivo de valorizar, promover e adotar a diversidade e a inclusão. A seguir, elencamos algumas ações do programa:

- Criação do Comitê de Diversidade
- Criação de Política de Diversidade e Inclusão

- Criação do Termo de Compromisso com a Diversidade e Inclusão
- Fóruns com a participação das executivas como palestrantes
- Curso de formação de eletricitistas para mulheres
- Metas de contratação de pessoas negras
- Palestras sobre os temas de diversidade
- Metas de contratação de pessoas com mais de 50 anos
- Curso preparatório para o mercado de trabalho para PCDs
- Capítulos de LGBTQIA+ e Empoderamento Feminino do livro sobre o programa de diversidade

Para mais informações, acesse o website de RI e o Relatório de Sustentabilidade da Taesa (2020): <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/visao-geral/>

O painel de indicadores ASG está disponível no website de RI: <https://ri.taesa.com.br/sustentabilidade/indicadores-asg/>

4.22. Iniciativas para Mitigar os Impactos da COVID-19

O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Taesa. Desde então, a Companhia vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

Proteção da saúde dos colaboradores

- Adoção de medidas para resguardar nosso maior ativo, as pessoas, e garantir a continuidade das nossas operações;
- Comunicação frequente e atualizada para todos os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- Retorno gradual às atividades em modelo híbrido, intercalando presencial com *home office* e mantendo todos os protocolos de segurança e saúde necessários;
- Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- Vacinação contra a gripe influenza para todos;
- Reforço na comunicação sobre a importância do atendimento às medidas de proteção e cuidado (Campanha “Eu cuido de você e você cuida de mim”);
- Incentivo à imunização completa: 73% do quadro de funcionários atualmente imunizado e na busca por 100%;
- Reforço de informações sobre os cuidados preventivos que devem continuar no pós vacina.

Continuidade das operações e dos empreendimentos em construção

- Criação do Comitê de Superação e do Comitê de Gestão de Fornecedores;
- Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;
- Manutenção dos altos índices de disponibilidade (99,92% no 9M21);
- Todas as obras dos empreendimentos em construção estão em andamento;
- A Companhia continua trabalhando na busca do cumprimento do cronograma de entrega dos projetos;
- Manutenção dos investimentos nos empreendimentos em construção – R\$ 2,4 bilhões investidos entre 2020 e 2021.

Preservação da saúde financeira da Companhia

- Manutenção de posição de liquidez confortável;
- Adequado perfil de dívida com custos baixos e prazos alongados;
- A mais alta nota de risco de crédito junto às agências Moody's e Fitch (AAA na Escala Nacional);
- 100% dos recursos para financiar os projetos em construção foram captados;
- Consistente geração operacional de caixa, com manutenção dos baixos níveis de inadimplência históricos da Companhia;
- Disciplina financeira associada a remuneração adequada aos acionistas;
- Monitoramento contínuo da inadimplência e dos efeitos da crise no setor elétrico.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Receita IFRS por Concessão

A Receita de **Remuneração do Ativo Contratual** é o resultado da multiplicação do saldo do ativo pela Taxa do Projeto. A **Correção Monetária do Ativo Contratual** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável (PV)** é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na seção 4.1). Todas as contas de receita acima mencionadas são referentes ao período operacional das concessões.

No DRE, a **Remuneração do Ativo Contratual**, a **Correção Monetária do Ativo Contratual**, a **Receita de Implementação de Infraestrutura** e a **Receita de O&M** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

Receita IFRS					
R\$ MM					3T21
Concessão	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	PV
NOVATRANS	57,2	28,5	0,5	45,8	(4,2)
TSN	19,2	5,8	0,5	86,6	(0,9)
MUNIRAH	1,5	0,8	0,3	5,7	(0,0)
GTESA	0,8	0,5	-	0,8	(0,0)
PATESA	2,5	2,2	-	2,2	-
ETEO	11,4	7,8	-	17,3	(7,1)
NTE	14,1	6,9	0,1	14,1	(0,2)
STE	8,4	6,3	0,1	5,6	(0,0)
ATE	14,4	10,7	0,0	10,8	(0,1)
ATE II	18,5	28,3	0,0	24,2	(0,6)
ATE III	7,8	7,7	0,0	12,4	(0,2)
ETAU	2,1	(8,9)	-	3,5	(0,0)
BRASNORTE	6,0	7,0	-	0,8	(0,1)
SÃO GOTARDO	0,9	1,5	-	0,3	(0,0)
SÃO JOÃO	9,2	13,2	-	2,0	(0,3)
SÃO PEDRO	8,2	10,3	11,0	1,6	(0,1)
LAGOA NOVA	2,8	8,7	-	0,5	-
MARIANA	3,0	5,0	-	0,6	(0,4)
MIRACEMA	13,2	25,4	-	4,0	(0,2)
JANAÚBA	-	-	342,2	-	-
SANT'ANA	-	-	53,7	-	-
AIMORÉS	-	-	15,7	-	-
PARAGUAÇÚ	-	-	35,8	-	-
IVAÍ	-	-	167,5	-	-
EATE	17,7	20,3	-	7,8	(0,1)
EBTE	4,4	8,1	-	2,5	(0,1)
ECTE	1,4	1,6	-	0,6	-
EDTE	8,3	8,3	-	1,3	(0,0)
ENTE	9,6	11,7	-	3,9	0,0
ERTE	1,8	2,4	-	1,4	(0,8)
ESDE	1,1	2,0	-	0,4	0,0
ESTE	-	-	85,8	-	-
ETEP	3,7	4,1	-	2,4	-
ETSE	0,7	0,3	-	0,2	0,0
LUMITRANS	1,0	1,2	-	0,5	-
STC	1,0	1,3	-	0,8	(0,1)
TRANSIRAPE	1,8	1,6	0,5	0,8	(0,0)
TRANSESTE	2,5	1,8	0,1	0,6	-
TRANSUDESTE	1,4	1,3	0,1	0,5	-
Total	257,5	233,9	713,8	262,7	(15,8)

5.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



Concessão	Taxa Anual*	Ativo Contratual 2T21	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo C.	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	RAP	Ativo Contratual 3T21
NOVATRANS	10%	1.644,1	57,2	28,5	0,5	45,8	(120,8)	1.655,5
TSN	11%	767,4	19,2	5,8	0,5	86,6	(114,3)	765,3
MUNIRAH	12%	63,4	1,5	0,8	0,3	5,7	(7,5)	64,3
GTESA	11%	31,0	0,8	0,5	-	0,8	(2,0)	31,2
PATESA	8%	132,8	2,5	2,2	-	2,2	(6,0)	133,7
ETEO	10%	456,1	11,4	7,8	-	17,3	(36,1)	456,5
NTE	15%	402,0	14,1	6,9	0,1	14,1	(31,5)	405,6
STE	10%	337,2	8,4	6,3	0,1	5,6	(17,4)	340,1
ATE	10%	708,3	14,4	10,7	0,0	10,8	(30,5)	713,7
ATE II	9%	898,6	18,5	28,3	0,0	24,2	(68,4)	901,2
ATE III ¹³	7%	474,0	7,8	7,7	0,0	12,4	(38,2)	463,7
ETAU ³	18%	178,1	2,1	(8,9)	-	3,5	(7,9)	166,9
BRASNORTE ³	6%	222,0	6,0	7,0	-	0,8	(7,8)	228,0
SÃO GOTARDO ¹	5%	67,5	0,9	1,5	-	0,3	(1,5)	68,6
SÃO JOÃO ¹³	6%	615,3	9,2	13,2	-	2,0	(14,0)	625,7
SÃO PEDRO ¹³	6%	546,1	8,2	10,3	11,0	1,6	(11,9)	565,4
LAGOA NOVA ¹³	9%	122,3	2,8	8,7	-	0,5	(3,6)	130,7
MARIANA ¹³	6%	210,0	3,0	5,0	-	0,6	(4,6)	214,0
MIRACEMA ¹³	9%	578,4	13,2	25,4	-	4,0	(18,8)	602,2
JANAÚBA ¹³	10%	1.782,6	-	-	342,2	-	0,0	2.124,8
SANT'ANA ¹²³	9%	393,3	-	-	53,7	-	(0,0)	447,0
AIMORÉS ¹²³⁴	8%	357,2	-	-	15,7	-	(0,0)	372,9
PARAGUAÇU ¹²³⁴	8%	545,1	-	-	35,8	-	0,0	580,9
IVAÍ ¹²³⁴	8%	1.162,4	-	-	167,5	-	(0,0)	1.329,8
EATE ³	7%	1.109,3	17,7	20,3	-	7,8	(44,7)	1.110,4
EBTE ¹	4%	401,3	4,4	8,1	-	2,5	(10,2)	406,2
ECTE	6%	92,6	1,4	1,6	-	0,6	(3,7)	92,4
EDTE ¹³	9%	380,4	8,3	8,3	-	1,3	(10,5)	387,8
ENTE	6%	658,7	9,6	11,7	-	3,9	(23,0)	661,0
ERTE	5%	138,9	1,8	2,4	-	1,4	(5,2)	139,3
ESDE ¹	7%	66,7	1,1	2,0	-	0,4	(1,9)	68,2
ESTE ¹²³	8%	415,8	-	-	85,8	-	(0,0)	501,5
ETEP	6%	236,0	3,7	4,1	-	2,4	(10,0)	236,1
ETSE ¹	6%	52,2	0,7	0,3	-	0,2	(1,2)	52,2
LUMITRANS	5%	78,0	1,0	1,2	-	0,5	(4,4)	76,4
STC ¹	5%	76,3	1,0	1,3	-	0,8	(3,9)	75,5
TRANSIRAPE	8%	108,3	1,8	1,6	0,5	0,8	(4,9)	108,0
TRANSLESTE	10%	103,6	2,5	1,8	0,1	0,6	(4,1)	104,5
TRANSUDESTE	8%	77,1	1,4	1,3	0,1	0,5	(4,2)	76,2
Total		16.690,5	257,5	233,9	713,8	262,7	(674,7)	17.483,7

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

⁴ Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

5.3. DRE 3T21

DRE

R\$ mil	IFRS			Regulatório		
	3T21	3T20*	Var	3T21	3T20	Var
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	559.880	438.190	27,8%
Operação e manutenção	235.434	174.826	34,7%	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	199.006	164.186	21,2%	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	176.745	317.007	-44,2%	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	408.377	367.484	11,1%	-	-	-
Outras receitas operacionais	25.463	6.583	286,8%	377	(8.357)	-
Parcela variável	(14.663)	(5.969)	145,7%	(14.663)	(5.969)	145,7%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.030.361	1.024.118	0,6%	545.594	423.865	28,7%
PIS e COFINS	(69.737)	(64.441)	8,2%	(29.788)	(24.850)	19,9%
ISS	(123)	(175)	-29,6%	(123)	(175)	-29,6%
ICMS	(85)	(46)	82,9%	(85)	(46)	82,9%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(18.094)	(15.477)	16,9%	(18.094)	(15.477)	16,9%
Outras deduções	-	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(88.039)	(80.140)	9,9%	(48.090)	(40.549)	18,6%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	942.322	943.978	-0,2%	497.504	383.316	29,8%
Pessoal	(48.165)	(43.187)	11,5%	(48.165)	(43.187)	11,5%
Material	(156.387)	(220.581)	-29,1%	(1.697)	(995)	70,6%
Serviços de terceiros	(20.930)	(16.022)	30,6%	(20.930)	(16.022)	30,6%
Outras despesas operacionais	(3.000)	(3.244)	-7,5%	(5.725)	(5.509)	3,9%
Custos e Despesas	(228.482)	(283.034)	-19,3%	(76.518)	(65.713)	16,4%
Depreciação e amortização	(6.017)	(4.610)	30,5%	(64.242)	(61.855)	3,9%
Custos, Despesas e D&A	(234.499)	(287.644)	-18,5%	(140.760)	(127.567)	10,3%
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	707.823	656.334	7,8%	356.743	255.749	39,5%
Resultado de equivalência patrimonial	148.390	229.985	-35,5%	32.801	32.236	1,8%
Renda de aplicação financeira	8.684	10.668	-18,6%	8.684	10.668	-18,6%
Despesas financeiras	(239.042)	(129.956)	83,9%	(238.352)	(129.265)	84,4%
Empréstimos e financiamentos	(35.927)	(25.213)	42,5%	(35.927)	(25.213)	42,5%
- Juros incorridos	(2.692)	(7.929)	-66,1%	(2.692)	(7.929)	-66,1%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Variação cambial	(33.925)	(20.823)	62,9%	(33.925)	(20.823)	62,9%
- Ajuste ao valor justo	690	3.538	-80,5%	690	3.538	-80,5%
Instrumentos financeiros derivativos	19.996	11.116	79,9%	19.996	11.116	79,9%
- Juros incorridos	(13.239)	(6.168)	114,6%	(13.239)	(6.168)	114,6%
- Variação cambial	33.925	20.823	62,9%	33.925	20.823	62,9%
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-
- Ajuste ao valor justo	(690)	(3.538)	-80,5%	(690)	(3.538)	-80,5%
Debêntures	(219.529)	(113.385)	93,6%	(219.529)	(113.385)	93,6%
- Juros incorridos	(94.208)	(70.832)	33,0%	(94.208)	(70.832)	33,0%
- Variações monetárias	(125.320)	(42.554)	194,5%	(125.320)	(42.554)	194,5%
- Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-
Despesa Financeira – Arrendamento	(689)	(691)	-0,2%	-	-	-
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(2.893)	(1.783)	62,2%	(2.893)	(1.783)	62,2%
Resultado financeiro	(230.358)	(119.288)	93,1%	(229.669)	(118.598)	93,7%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	625.854	767.031	-18,4%	159.876	169.387	-5,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(88.965)	(109.664)	-18,9%	32.187	(3.865)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	536.889	657.367	-18,3%	192.063	165.522	16,0%
EBITDA	713.840	660.944	8,0%	420.986	317.603	32,6%
Margem EBITDA	75,8%	70,0%	5,7 pp	84,6%	82,9%	1,8 pp

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

5.4. DRE 9M21

DRE	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	9M21	9M20*	Var.%	9M21	9M20	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	1.439.499	1.288.202	11,7%
Operação e manutenção	585.492	501.137	16,8%	-	-	-	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	572.854	476.879	20,1%	-	-	-	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	982.608	518.253	89,6%	-	-	-	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	827.350	1.108.326	-25,4%	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	37.408	26.635	40,4%	1.102	(7.838)		
Parcela variável	(25.927)	(15.453)	67,8%	(25.927)	(15.453)	67,8%	
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.979.784	2.615.777	13,9%	1.414.675	1.264.911	11,8%	
PIS e COFINS	(173.635)	(171.492)	1,2%	(77.338)	(71.222)	8,6%	
ISS	(431)	(361)	19,5%	(431)	(361)	19,5%	
ICMS	(92)	(85)	7,6%	(92)	(85)	7,6%	
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(50.535)	(51.395)	-1,7%	(50.535)	(51.395)	-1,7%	
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	
Deduções da receita operacional bruta	(224.692)	(223.333)	0,6%	(128.395)	(123.063)	4,3%	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.755.092	2.392.444	15,2%	1.286.280	1.141.849	12,6%	
Pessoal	(134.309)	(122.912)	9,3%	(134.309)	(122.912)	9,3%	
Material	(421.274)	(665.229)	-36,7%	(4.056)	(2.089)	94,2%	
Serviços de terceiros	(56.696)	(50.368)	12,6%	(56.696)	(50.368)	12,6%	
Outras despesas operacionais	(14.797)	(12.721)	16,3%	(22.440)	(19.387)	15,7%	
Custos e Despesas	(627.077)	(851.231)	-26,3%	(217.501)	(194.756)	11,7%	
Depreciação e amortização	(16.512)	(12.101)	36,4%	(191.642)	(179.512)	6,8%	
Custos, Despesas e D&A	(643.589)	(863.332)	-25,5%	(409.143)	(374.268)	9,3%	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	2.111.503	1.529.112	38,1%	877.137	767.580	14,3%	
Resultado de equivalência patrimonial	633.803	551.834	14,9%	104.281	130.321	-20,0%	
Renda de aplicação financeira	20.243	32.963	-38,6%	20.243	32.963	-38,6%	
Despesas financeiras	(606.837)	(315.568)	92,3%	(604.729)	(313.429)	92,9%	
Empréstimos e financiamentos	(33.700)	(170.573)	-80,2%	(33.700)	(170.573)	-80,2%	
- Juros incorridos	(17.761)	(19.729)	-10,0%	(17.761)	(19.729)	-10,0%	
- Variações monetárias	-	2	-100,0%	-	2	-100,0%	
- Variação cambial	(9.110)	(159.925)	-94,3%	(9.110)	(159.925)	-94,3%	
- Ajuste ao valor justo	(6.829)	9.080	-	(6.829)	9.080	-	
Instrumentos financeiros derivativos	(25.970)	141.467	-	(25.970)	141.467	-	
- Juros incorridos	(41.909)	(9.379)	346,8%	(41.909)	(9.379)	346,8%	
- Variação cambial	9.110	159.925	-94,3%	9.110	159.925	-94,3%	
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	
- Ajuste ao valor justo	6.829	(9.080)	-	6.829	(9.080)	-	
Debêntures	(532.266)	(273.725)	94,5%	(532.266)	(273.725)	94,5%	
- Juros incorridos	(235.783)	(205.037)	15,0%	(235.783)	(205.037)	15,0%	
- Variações monetárias	(296.483)	(68.688)	331,6%	(296.483)	(68.688)	331,6%	
- Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	
Despesa Financeira – Arrendamento	(2.108)	(2.139)	-1,5%	-	-	-	
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(12.793)	(10.597)	20,7%	(12.793)	(10.597)	20,7%	
Resultado financeiro	(586.594)	(282.605)	107,6%	(584.487)	(280.465)	108,4%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	2.158.711	1.798.342	20,0%	396.931	617.436	-35,7%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(368.075)	(285.503)	28,9%	14.833	(55.061)	-	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.790.636	1.512.839	18,4%	411.764	562.374	-26,8%	
EBITDA	2.128.015	1.541.214	38,1%	1.068.778	947.092	12,8%	
Margem EBITDA	77,2%	64,4%	12,8 pp	83,1%	82,9%	0,1 pp	

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

5.5. DRE IFRS 3T21 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Operação e manutenção	3.490	21.897	-	-	-	1.864
Remuneração do ativo contratual de concessão	2.121	49.098	-	-	-	5.711
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(8.937)	61.387	-	-	-	4.675
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	87.332	15.726	35.841	167.455	625
Outras receitas operacionais	1.816	1.849	-	-	-	1.906
Parcela variável	(1)	(1.070)	-	-	-	(35)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(1.511)	220.494	15.726	35.841	167.455	14.746
PIS e COFINS	(163)	(14.775)	(1.455)	(3.315)	(15.490)	(528)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(325)	(4.401)	-	-	-	(591)
Deduções da receita operacional bruta	(488)	(19.176)	(1.455)	(3.315)	(15.490)	(1.119)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(1.998)	201.318	14.272	32.526	151.965	13.627
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS						
Pessoal	(210)	(5.074)	(101)	(152)	(199)	(284)
Material	(103)	(34.959)	(4.436)	(12.779)	(85.916)	(545)
Serviços de terceiros	(998)	(3.824)	(168)	(156)	(193)	(817)
Outras despesas operacionais	13	(1.566)	(8)	(13)	(5)	(35)
Custos e Despesas	(1.298)	(45.423)	(4.714)	(13.100)	(86.313)	(1.682)
Depreciação e amortização	(27)	(30)	(15)	(20)	(13)	(4)
Custos, Despesas e D&A	(1.325)	(45.453)	(4.729)	(13.121)	(86.326)	(1.685)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(3.323)	155.865	9.543	19.406	65.639	11.942
Resultado de equivalência patrimonial	-	821	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	59	727	87	71	2.951	272
Despesas financeiras	(292)	(20.375)	(8)	(21)	(39.876)	(1.978)
Resultado financeiro	(233)	(19.648)	78	50	(36.925)	(1.706)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(3.556)	137.038	9.621	19.455	28.714	10.236
Imposto de Renda e Contribuição Social	973	(29.034)	(3.343)	(6.690)	(14.426)	(599)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(2.583)	108.004	6.278	12.765	14.288	9.637
EBITDA	(3.296)	155.895	9.558	19.426	65.652	11.945
Margem EBITDA	165,0%	77,4%	67,0%	59,7%	43,2%	87,7%

5.6. DRE IFRS 9M21 (Subsidiárias)

DRE IFRS

	R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Operação e manutenção		9.083	55.851	-	-	-	4.584
Remuneração do ativo contratual de concessão		6.146	127.030	-	-	-	16.375
Correção monetária do ativo contratual de concessão		12.563	400.342	-	-	-	40.414
Receita de Implementação de Infraestrutura		-	244.027	38.100	66.874	555.260	4.063
Outras receitas operacionais		4.328	5.926	-	-	-	4.965
Parcela variável		(1)	(1.493)	-	-	-	(175)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		32.119	831.683	38.100	66.874	555.260	70.227
PIS e COFINS		(3.457)	(50.129)	(3.524)	(6.186)	(51.362)	(2.534)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(1.067)	(11.236)	-	-	-	(1.631)
Deduções da receita operacional bruta		(4.524)	(61.365)	(3.524)	(6.186)	(51.362)	(4.164)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		27.595	770.317	34.576	60.688	503.899	66.062
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS							
Pessoal		(532)	(15.947)	(236)	(377)	(287)	(779)
Material		82	(112.954)	(9.123)	(18.307)	(297.977)	(3.388)
Serviços de terceiros		(3.420)	(9.774)	(373)	(390)	(508)	(2.355)
Outras despesas operacionais		(93)	(3.974)	(28)	(36)	(24)	(154)
Custos e despesas		(3.963)	(142.649)	(9.760)	(19.110)	(298.796)	(6.676)
Depreciação e amortização		(27)	(77)	(41)	(54)	(39)	(11)
Custos, Despesas e D&A		(3.990)	(142.725)	(9.801)	(19.163)	(298.835)	(6.688)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		23.605	627.592	24.775	41.525	205.064	59.374
Resultado de equivalência patrimonial		-	4.594	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira		127	2.147	234	210	8.007	529
Despesas financeiras		(774)	(43.590)	(6)	(13)	(102.884)	(3.240)
Resultado financeiro		(647)	(41.443)	228	197	(94.877)	(2.711)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		22.958	590.743	25.003	41.722	110.187	56.664
Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.442)	(154.175)	(8.411)	(14.090)	(32.790)	(2.566)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		21.516	436.567	16.592	27.632	77.398	54.098
EBITDA		23.632	627.668	24.816	41.578	205.103	59.386
Margem EBITDA		85,6%	81,5%	71,8%	68,5%	40,7%	89,9%

5.7. DRE Regulatório 3T21 (Subsidiárias)

DRE Regulatório

	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	9.672	120.529	-	-	-	15.092
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-
Parcela variável	(1)	(1.070)	-	-	-	(35)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9.671	119.458	-	-	-	15.057
PIS e COFINS	(441)	(5.657)	-	-	-	(550)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(325)	(4.401)	-	-	-	(591)
Deduções da receita operacional bruta	(765)	(10.058)	-	-	-	(1.140)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.906	109.400	-	-	-	13.916
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS						
Pessoal	(210)	(5.074)	(101)	(152)	85	(284)
Material	(22)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(998)	(3.824)	(168)	(156)	(155)	(817)
Outras despesas operacionais	(6)	(1.566)	(17)	(21)	(23)	(35)
Custos e Despesas	(1.235)	(10.464)	(286)	(329)	(93)	(1.136)
Depreciação e amortização	(881)	(11.323)	(8)	(13)	(6)	(1.290)
Custos, Despesas e D&A	(2.116)	(21.788)	(294)	(342)	(99)	(2.426)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	6.790	87.612	(294)	(342)	(99)	11.490
Resultado de equivalência patrimonial	-	945	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	59	727	87	71	2.742	272
Despesas financeiras	(291)	(20.375)	(7)	(19)	(29.296)	(1.978)
Resultado financeiro	(232)	(19.648)	80	51	(26.554)	(1.706)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	6.559	68.909	(214)	(291)	(26.653)	9.784
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.463)	(6.026)	(2)	21	13.728	(524)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.096	62.884	(216)	(270)	(12.926)	9.261
EBITDA	7.671	98.936	(286)	(329)	(93)	12.780
Margem EBITDA	86,1%	90,4%	-	-	-	91,8%

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e Transmineiras se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

5.8. DRE Regulatório 9M21 (Subsidiárias)

DRE Regulatório

	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí	Transmineiras
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	24.566	308.599	-	-	-	41.724
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-	-
Parcela variável	(1)	(1.493)	-	-	-	(175)
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	24.565	307.106	-	-	-	41.550
PIS e COFINS	(1.127)	(14.892)	-	-	-	(1.517)
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(1.067)	(11.236)	-	-	-	(1.631)
Deduções da receita operacional bruta	(2.194)	(26.128)	-	-	-	(3.147)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22.372	280.978	-	-	-	38.403
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS						
Pessoal	(532)	(15.947)	(236)	(377)	(287)	(779)
Material	(25)	-	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(3.420)	(9.774)	(373)	(390)	(508)	(2.355)
Outras despesas operacionais	(111)	(3.974)	(50)	(58)	(46)	(154)
Custos e despesas	(4.089)	(29.695)	(659)	(825)	(841)	(3.288)
Depreciação e amortização	(2.639)	(34.020)	(21)	(34)	(19)	(3.865)
Custos, Despesas e D&A	(6.728)	(63.715)	(680)	(859)	(860)	(7.153)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	15.644	217.263	(680)	(859)	(860)	31.250
Resultado de equivalência patrimonial	-	2.765	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	127	2.147	234	210	8.007	529
Despesas financeiras	(772)	(43.590)	(3)	(10)	(102.881)	(3.240)
Resultado financeiro	(645)	(41.443)	231	200	(94.874)	(2.711)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	14.999	178.584	(449)	(658)	(95.734)	28.539
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.903	(18.289)	234	310	37.215	(1.433)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	16.902	160.296	(215)	(348)	(58.519)	27.106
EBITDA	18.283	251.283	(659)	(825)	(841)	35.115
Margem EBITDA	81,7%	89,4%	-	-	-	91,4%

5.9. Reconciliação do EBITDA

A reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

Reconciliação EBITDA IFRS

R\$ MM	3T21	3T20*	Var.%	9M21	9M20*	Var.%
Lucro Líquido	536,9	657,4	-18,3%	1.790,6	1.512,8	18,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	89,0	109,7	-18,9%	368,1	285,5	28,9%
Despesas Financeiras Líquidas	230,4	119,3	93,1%	586,6	282,6	107,6%
Depreciação e Amortização	6,0	4,6	30,5%	16,5	12,1	36,4%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(148,4)	(230,0)	-35,5%	(633,8)	(551,8)	14,9%
EBITDA	713,8	660,9	8,0%	2.128,0	1.541,2	38,1%
Margem EBITDA	75,8%	70,0%	5,7 pp	77,2%	64,4%	12,8 pp

* A Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 30 de setembro de 2020 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 30 de setembro de 2021, em função do impacto do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 referente ao CPC 47.

Reconciliação EBITDA Regulatório

R\$ MM	3T21	3T20	Var.%	9M21	9M20	Var.%
Lucro Líquido	192,1	165,5	16,0%	411,8	562,4	-26,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(32,2)	3,9	-932,7%	(14,8)	55,1	-126,9%
Despesas Financeiras Líquidas	229,7	118,6	93,7%	584,5	280,5	108,4%
Depreciação e Amortização	64,2	61,9	3,9%	191,6	179,5	6,8%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(32,8)	(32,2)	1,8%	(104,3)	(130,3)	-20,0%
EBITDA	421,0	317,6	32,6%	1.068,8	947,1	12,8%
Margem EBITDA	84,6%	82,9%	1,8 pp	83,1%	82,9%	0,1 pp

5.10. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

	R\$ mil	3T21	
		IFRS	Ajustes Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	967.879	-	967.879
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Clientes	209.418	-	209.418
Ativo contratual de concessão	1.128.563	1.128.563	-
Impostos e contribuições sociais	143.212	-	143.212
Cauções e depósitos vinculados	11	-	11
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a receber	16.086	-	16.086
Estoque	15.590	-	15.590
Outras contas a receber	39.826	-	39.826
Total do Ativo Circulante	2.520.585	1.128.563	1.392.022
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	9.803	-	9.803
Ativo contratual de concessão	9.808.743	9.808.743	-
Tributos Diferidos	-	-	-
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(59.418)	59.418
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	3.290.931	1.775.312	1.515.619
Clientes	21.294	-	21.294
Depósitos judiciais	65.826	-	65.826
Instrumentos financeiros derivativos	171.612	-	171.612
Outras contas a receber	33.844	-	33.844
Imobilizado	58.535	(6.325.649)	6.384.184
Intangível	94.841	(241.272)	336.113
Direito de uso	28.974	28.973	1
Total do Ativo Não Circulante	13.584.403	4.986.689	8.597.714
Total do Ativo	16.104.988	6.115.252	9.989.736
Passivos			
Fornecedores	114.616	-	114.616
Impostos e contribuições sociais	54.965	-	54.965
Empréstimos e financiamentos	15.631	-	15.631
Debêntures	918.739	-	918.739
Passivo de arrendamento	8.911	8.911	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	29	-	29
Taxas regulamentares	53.628	-	53.628
Outras contas a pagar	71.523	-	71.523
Total do Passivo Circulante	1.238.042	8.911	1.229.131
Empréstimos e financiamentos	579.791	-	579.791
Debêntures	5.454.759	-	5.454.759
Passivo de arrendamento	23.271	23.272	(1)
Instrumentos financeiros derivativos	30.598	-	30.598
Impostos e contribuições diferidos	1.117.930	1.036.232	81.698
Tributos diferidos	621.195	621.195	-
Provisão para contingências	57.976	2.595	55.381
Provisão para desmobilização de ativos	457	457	-
Obrigações especiais	-	(11.081)	11.081
Fornecedores	29.433	-	29.433
Outras contas a pagar	25.707	-	25.707
Total do Passivo Não Circulante	7.941.117	1.672.670	6.268.447
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	3.042.035	-	3.042.035
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	1.944.396	-	1.944.396
Dividendos adicionais propostos	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	16.603	-	16.603
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	(466.577)	-	(466.577)
Lucros (prejuízos) acumulados	-	3.050.570	(3.050.570)
Resultado do período	1.790.636	1.378.872	411.764
Atribuído a participação dos acionistas controladores	6.925.829	4.433.671	2.492.158
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	6.925.829	4.433.671	2.492.158
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	16.104.988	6.115.252	9.989.736

5.11. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa

	9M21
	IFRS
R\$ mil	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	1.790.636
Itens de resultado que não afetam o caixa:	
Resultado de equivalência patrimonial	(633.803)
Depreciação e amortização	10.210
Amortização de direito de uso	6.303
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	1.969
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(157)
Custo Implementação - provisão fornecedores	406.185
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprést e financ	33.700
Juros e variações monetárias sobre debêntures	532.266
Juros passivo de arrendamento	2.108
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	25.970
Imposto de renda e contribuição social correntes	30.210
Imposto de renda e contribuição social diferidos	337.865
Tributos diferidos	96.298
Remuneração do ativo contratual de concessão	(572.854)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(982.608)
Receita de Implementação de Infraestrutura	(827.350)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	9.222
	266.170
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(29.922)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	817.702
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(6.577)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	18.049
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(387.336)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(8.908)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	8.196
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	366.143
	777.347
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.043.517
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.683)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.000.834
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	(60)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(29.270)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	(36.500)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(65.830)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	(15)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(459.323)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(22.964)
Captação de debêntures	739.584
Pagamento de debêntures - principal	-
Pagamento de debêntures - juros	(75.741)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(8.541)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	-
Pagamento de passivo de arrendamento	(7.642)
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(1.028.514)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(863.156)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	71.848
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	896.031
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	967.879
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	71.848

5.12. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa

	9M21
	R\$ mil Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	411.764
Itens de resultado que não afetam o caixa:	
Resultado de equivalência patrimonial	(104.281)
Depreciação e amortização	191.642
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	1.969
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	-
Receita de aplicações financeiras	(157)
Custo Implementação - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprést e financ	33.700
Juros e variações monetárias sobre debêntures	532.266
Juros passivo de arrendamento	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	25.970
Imposto de renda e contribuição social correntes	30.210
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(45.043)
Tributos diferidos	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	9.222
	1.087.262
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(29.922)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	(6.577)
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	18.049
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	18.849
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	(8.908)
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	8.196
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	366.143
	365.830
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.453.092
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.683)
Caixa líq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.410.409
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	(60)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(446.487)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	(36.500)
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa líq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(483.047)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	(15)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(459.323)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(22.964)
Captação de debêntures	739.584
Pagamento de debêntures - principal	-
Pagamento de debêntures - juros	(75.741)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(8.541)
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	-
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(1.028.514)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa líq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(855.514)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	71.848
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	896.031
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	967.879
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	71.848

Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelas normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A “dívida líquida” não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.